

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**INDISCIPLINA NA EDUCAÇÃO INFANTIL SOB O
VIÉS DO PRINCÍPIO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Geraci Adriana do Nascimento

**Sobradinho, RS, Brasil
2014**

INDISCIPLINA NA EDUCAÇÃO INFANTIL SOB O VIÉS DO PRINCÍPIO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

Geraci Adriana do Nascimento

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato Sensu* em Gestão Educacional,
Da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS),
Como requisito parcial para a obtenção do grau de
Especialista em Gestão educacional

Orientadora: Profa. Ms. Cláudia Letícia de Castro do Amaral

**Sobradinho, RS, Brasil
2014**

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Curso de Especialização *Lato Sensu* em Gestão Educacional**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização

**INDISCIPLINA NA EDUCAÇÃO INFANTIL SOB O VIÉS DO
PRINCÍPIO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA**

elaborada por
Geraci Adriana do Nascimento

como requisito parcial para a obtenção do grau de
Especialista em Gestão Educacional

COMISSÃO EXAMINADORA:

Cláudia Letícia de Castro do Amaral, Ms. (UFSM)
Presidente/Orientadora

Hugo Antonio Fontana, Ms. (UFSM)

Sueli Menezes Pereira, Ms. (UFSM)

Glades Tereza Felix, Ms. (UFSM)

Sobradinho, RS, 29 de novembro de 2014.

Dedico os meus amados pais Teobaldo e Maria Adélia, aos meus irmãos Meraci e André, este sempre disposto a me trazer ao Polo, às minhas amadas sobrinhas Tawane, Rauana e Ritiéli Eduarda e a toda minha família que sempre me apoiou.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha professora orientadora Cláudia Letícia de Castro do Amaral por todo o esforço, paciência e dedicação oferecidas neste momento tão importante e marcante da minha vida, pela sua incansável persistência e tranquilidade que fazia com que as coisas mais complicadas se tornassem simples e fáceis de serem resolvidas.

Agradeço também à tutora presencial Carla Rita Franceschett Paim pelo empenho nas horas difíceis, pelas incansáveis mensagens e pela dedicação demonstrada em atitudes e palavras.

Tenho muito que agradecer meus pais pela paciência demonstrada durante os períodos de pesquisa e estudos, pelas noites que fiquei mais tarde escrevendo, e nunca reclamaram, sem ao menos pedir para eu desligar a luz, pois sabiam que a filha tinha muita coisa para “estudar”. Agradeço ao meu irmão André que esteve sempre ao meu lado me apoiando e buscando e levando ao Polo, às minhas sobrinhas que sempre entenderam quando eu pedia para não fazer barulho, como elas sempre diziam: “a dinda tem que estudar”; à minha amada irmã que sempre esteve ao meu lado, quantas vezes fiquei em sua casa; os amigos e familiares que compreenderam as vezes que não pude estar presente.

Agradeço principalmente a Deus que sempre esteve ao meu lado me dando forças para seguir em frente e concluir mais uma etapa tão importante da minha vida. Por ele iluminar a todos que estão a minha volta e às pessoas que fizeram parte dessa caminhada e dessa busca pelo conhecimento. Obrigado por tudo Meu Deus!

*“... todo amanhã se cria num
Ontem através de um hoje.
Temos de saber o que fomos
Para saber “o que seremos.”*

Paulo Freire

RESUMO

O presente trabalho possui como tema a Indisciplina na Educação Infantil e sua necessária interlocução com os princípios da Gestão Democrática. Os participantes da pesquisa são professores da rede municipal do município de Lagoa Bonita do Sul-RS. Buscou-se conhecer os principais aparecimentos de indisciplina neste nível de ensino, como ela se constrói e por que nesta fase. Percebeu-se que indisciplina escolar está atingindo o processo de ensino aprendizagem e suas manifestações são assinaladas por um grande número de causas, tipos e entendimentos distintos, fazendo deste tema um dos assuntos mais intrigantes do campo social e educacional da contemporaneidade. A discussão desta problemática está cada vez mais recente nas pesquisas e debates no contexto da educação, objetivando sua concepção e os melhores formatos de intervenção e cuidado. Atualmente, os estudos sobre indisciplina escolar pensando no valor desse tema para os professores da Educação Infantil, bem como sua importância teórica no campo da pesquisa educacional. Utilizou-se da pesquisa bibliográfica, qualitativa e estudo de caso, através do uso de questionários. Através desse estudo, concluiu-se que os resultados demonstram a diferença de posicionamentos em relação à indisciplina na educação infantil, acabando por demonstrar a necessidade de se discutir o tema sob o viés da gestão democrática, já que a indisciplina é um problema que ultrapassa a sala de aula e deve ser tratado por toda comunidade escolar. É necessário apontar e abranger como esse acontecimento se constrói nas primeiras afinidades sociais da criança, dentro do espaço escolar, mais exatamente, dentro do ambiente da Educação Infantil em sua interlocução com a gestão escolar.

Palavras-Chave: Educação Infantil. Indisciplina. Gestão Democrática.

ABSTRACT

This work has as its theme the indiscipline in kindergarten and its necessary dialogue with the principles of the Democratic Management. Survey participants are teachers of municipal Lagoa Bonita city in the south of Rio Grande do Sul state/Brazil. It was sought main appearances of discipline at this level, how indiscipline is built and because at this stage. It was realized that school discipline is hitting the teaching-learning process and its manifestations are marked by a large number of causes, types and different understandings, making this theme one of the most intriguing issues of social and educational field nowadays. The discussion of this problem is increasingly in recent research and debate in the context of education, aiming to design and the best of intervention and care formats. Currently, studies on school indiscipline thinking about the value of this issue for teachers of early childhood education as well as its theoretical importance in the field of educational research. We used the literature, qualitative and case study using questionnaires. Through this study it was concluded that the results demonstrate the difference of positions in relation to indiscipline in early childhood education, eventually demonstrate the need to discuss the issue under the bias of the school management and democratic management. It is necessary to point and cover how this event is built in the early social affinities of the child within the school space, more precisely, within the early childhood education environment.

Keywords : Children Education . Indiscipline. Democratic Management.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	18
1INDISCIPLINA NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	23
2 A INDISCIPLINA E OS DESAFIOS SOB O VIÉS DA GESTÃO ESCOLAR, EDUCACIONAL E DEMOCRÁCIA.....	41
3 CONTEXTO DE PESQUISA: A ESCOLA RAINHA DOS APÓSTOLOS DE VARZEA GRANDE E SEU PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO.....	57
4 RESULTADOS- ANÁLISE DE DADOS.....	60
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	66
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	69

INTRODUÇÃO

Na escolha de um tema de pesquisa, é essencial que haja identificação entre o (a) pesquisador (a) e seu objeto de estudo. O assunto pesquisado deve fazer sentido para quem pesquisa, já que conviverá com ele por um longo espaço de tempo, cotidianamente, descobrindo e sendo descoberto pelas leituras e experiências que propicia. (AMARAL, 2009).

Acredito ser excêntrico descrever minha vida, assim como minha trajetória acadêmica e profissional, de forma desvinculada do campo de Educação. O prazer de ensinar e de aprender é algo que me acompanha desde os primeiros anos escolares. Já no período que passei a cursar o magistério de nível médio, fui apreendendo que não abandonaria mais esse caminho. Continuado os meus estudos, busquei a Graduação em Pedagogia. No decorrer do curso, as indagações, preocupações sobre a realidade escolar começaram a me acompanhar. Uma delas foi à indisciplina na Educação Infantil, ou a reprovação nos primeiros anos o papel da escola e dos professores nesse contexto.

Iniciei meu trabalho como professora na rede municipal e, como professora iniciante, tive que passar com minhas dificuldades em relação à minha prática pedagógica, tanto na maneira de ministrar os conteúdos com na forma de me relacionar com os alunos. Além da minha inexperiência, tinha impressão de que me faltavam maiores conhecimentos para melhor auxiliar minha prática educativa.

Coincidentemente, nessa mesma época, surgiram vários estudos de investigação sobre a indisciplina na Educação Infantil e suas possíveis causas e conseqüências. Em minhas reflexões acerca de toda essa história, cujas discussões apontavam a necessidade de buscar analisar o papel da escola e dos docentes, minhas preocupações se voltavam, mais especificamente, para os vários aspectos que envolviam o trabalho do professor, entre eles os referentes à método de ensino.

Ao final da graduação, trabalhei como professora na área de Educação Infantil, na rede municipal. Durante essa experiência, pude observar que havia manifestação de indisciplina na educação infantil, principalmente na turma dos maiores, Pré – B. Desse modo, não só na minha visão, mas a visão dos professores,

em geral haveria a necessidade de novas metodologias, parecia ser a única saída diante do quadro de indisciplina.

Continuando minha trajetória escolar, iniciei, a Pós Graduação, visto que a questão da indisciplina em sala de aula, na educação infantil continuava a me preocupar, foi esse o meu problema de pesquisa. Passei a buscar mais conhecimentos sobre essa temática, o que me levou a perceber a complexidade do tema e ao polêmico que gira em torno dele.

Neste mesmo ano fui trabalhar com professora em outra escola, da rede municipal, onde me deparei com o problema, mais evidente no contexto escolar e, por não dizer gradativo o aumento da indisciplina na escola, o que trouxe sérias conseqüências, entre elas o próprio fracasso na aprendizagem dos alunos.

A indisciplina foi se tornando o problema mais desafiador da escola, implicando, inclusivamente, a necessidade da à Diretora realizar um cronograma para os professores, a supervisionar o recreio, e as atividades realizadas dentro da escola.

Assim, pude observar que os professores da escola, a indisciplina era percebida com atos de quebras das regras, mordidas, beliscão, gritos, oriundos de um desenvolvimento impróprio das crianças ou de influências pouco eficazes por parte das famílias. Os docentes queixavam-se todo o tempo sobre esse problema, porém, não se perguntavam como fazer para que houvesse disciplina, o retratava aquilo que se viam nos estudos, os professores olham para os comportamentos que são incompatíveis com a atuação que atividade prescritiva exige, com um sintoma de uma característica pessoal ou de má formação familiar.

Por outro lado, meu entendimento era que a forma de compreender os aspectos característicos da indisciplina, assim como disciplina , num contexto escolar desvinculado das relações pedagógicas não poderia favorecer a construção de um espaço escolar favorável ao estudo e desenvolvimento intelectual.

A indisciplina escolar dificulta o desenvolvimento do aluno, e impede também o seu aprendizado. Considerando que a indisciplina ocupa lugar de destaque entre as maiores preocupações dos gestores (professores e diretores), a escola deve estar preocupada em contribuir em um bom andamento do ensino e de uma gestão democrática. A indisciplina escolar não abrange exclusivamente características encontradas dentro da sala de aula na relação professor x aluno.

Fora do contexto escolar existem problemas sociais, como sobrevivência precária e baixa qualidade de vida, culturais, psicológicos e nas relações familiares. Penso que a indisciplina é muito relevante, pois interfere no processo de ensino-aprendizagem, assim torna um grande problema de aprendizado para o aluno e o ensino didático do professor. Atualmente as crianças não obedecem a seus pais, e tampouco os professores ao observar meu cotidiano escolar percebem este fenômeno acontecer por várias e relatos, sobre um determinado comportamento de alguns alunos, e isso está acontecendo na educação infantil.

Hoje nas nossas escolas predominam diferentes termos de indisciplina envolvendo nossos alunos. Nenhuma pessoa nasce rebelde ou indisciplinado, trata-se de uma conduta construída. Diante disto mais do que nunca, é essencial uma ação de parceria entre os vários segmentos, que estão envolvidos com a educação.

Desse percurso, chego à problematização que pretendo responder com três capítulos desta monografia, além da introdução e da conclusão: Quais as contribuições dos professores para a superação da indisciplina? Quais as possibilidades de influência e expressão à manifestação de casos de indisciplina na educação infantil?

A partir desse questionamento, o objetivo geral deste estudo é identificar os prováveis motivos da indisciplina presente nas escolas, buscando novas mudanças, para uma melhor atuação escolar. A fim de atender a essa finalidade, utilizou-se como metodologia um estudo bibliográfico de natureza qualitativa.

A natureza qualitativa deste estudo não permite que haja hipóteses previamente estabelecidas. Conforme Triviños, “a complexidade aumenta à medida que se aprofunda o assunto” (2008, p.134). Sucintamente, pode-se considerar que a pesquisa de cunho qualitativo é indutiva, isto é, o (a) pesquisador (a) desenvolve conceitos, ideias e procedimentos a partir dos dados, diferentemente da pesquisa quantitativa, em que a coleta de dados serve para comprovar hipóteses ou teorias pré-concebidas. Assim, concebe-se que a pesquisa qualitativa é exploratória, enquanto a quantitativa é confirmatória.

O principal procedimento utilizado neste estudo foi a pesquisa bibliográfica. Segundo Gil (1988), trata-se de pesquisa “desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Para Gil (1988, p. 46) referindo-se as pesquisas explicativas nos informa que “a mesma em como

preocupação central identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos". Portanto, esse tipo de pesquisa aprofunda o conhecimento do pesquisador em relação à realidade dos fatos porque explica a razão e o porquê das coisas.

Frigotto aponta que "um pressuposto fundamental, quando nos propomos ao debate teórico, entendemos deva ser que as nossas escolhas teóricas não se justificam nelas mesmas." (1998, p. 26). Assim sendo, qualquer que seja a metodologia escolhida para fins investigativos, esta partirá necessariamente de uma postura epistemológica, que possui uma concepção de ciência e de mundo. A dialética materialista é, além de uma postura ou concepção de mundo, também um método, cuja característica central é a apreensão da realidade de forma abrangente.

Buscando aduzir o percurso deste estudo, apresenta-se na primeira parte uma abordagem sobre a indisciplina na Educação infantil. Cita-se, ainda, a entrada da temática O que é indisciplina? Qual a lei que Regulariza a Educação Infantil? Essa pesquisa revela de alguma forma, a necessidade de revisão do papel da escola, dos professores e dos pressupostos indispensáveis para o ato de ensinar e aprender.

Na segunda parte, procura-se descrever a indisciplina e os desafios para gestão democrática, dando destaque à gestão educacional escolar, lei da gestão democrática, o Projeto Político Pedagógico, buscando um relacionamento à gestão democrática. Em seguida, esses princípios são debatidos em relação ao contexto escolar, dando-se destaque para os entendimentos que os docentes têm acerca do desenvolvimento dos alunos.

Na terceira parte, descreve-se, o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, localização, número de alunos, professores, professores da educação infantil. E verifica-se com a indisciplina/gestão democrática é tratada no PPP e como ele foi construído: com a comunidade? Quem?

Por fim, a quarta parte apresenta as considerações finais em relação às dificuldades encontradas por professores para se relacionar com a indisciplina dentro das escolas municipais do município de Lagoa bonita do Sul, analisando a importância desse assunto espera-se que gestores e educadores procurem mudar positivamente essa realidade através de uma ação conjunta considerando os princípios da Gestão Democrática.

1 INDISCIPLINA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

O tema da indisciplina na Educação Infantil vem se tornando complexa buscando uma investigação a respeito de sua verdade fazem desta, uma problemática importante a ser discutida quando pensamos a questão da indisciplina escolar e, principalmente de sua prevenção.

Por ser uma etapa de escolarização em que as crianças estão em pleno desenvolvimento de seus processos cognitivos, sociais e morais, alguns teóricos e profissionais da área da Pedagogia e da Educação Infantil discutem se temos domínio pensar em indisciplina neste nível de ensino. Identificar algumas atitudes como indisciplina, de forma que os atos chamados de indisciplina seriam, na verdade essenciais aos desenvolvimentos da criança que está se desenvolvendo, aprendendo, ou que está iniciando uma convivência com regras e que, por isso, não pode ser identificada como, desordeira, ou seja, indisciplina.

A vida em sociedade (REGO, 1996) pressupõe a criação e o cumprimento de regras e preceitos capazes de nortear as relações possibilitar o diálogo, a cooperação e a troca entre membros deste grupo social. A escola, por sua vez, também precisa de regras e normas orientadoras do seu funcionamento e da convivência entre os diferentes elementos que nela atuam. Normas que deixariam de vistas como prescrições castradoras, mas compreendidas como necessárias ao convívio social no qual se privilegia as relações de cooperações, de reciprocidade e respeito mútuo, caminho necessário para autonomia.

Assim, por um lado, nos leva a conhecer que a escola não pode se liberar de sua tarefa educativa no que se refere á indisciplina. A meta da escola é de que os alunos aprendam as maneiras ponderadas corretas em nossa cultura, tais como: atitudes de solidariedade, cooperação e respeito aos seus colegas e professores, a prática escolar diária deve dar condições para os alunos não somente conheçam essas expectativas, mas também construam e interiorizem esses valores. Mas não podemos confundir as coisas, que, nem todas as ações desordeiras que uma criança faz dentro ou fora da sala de aula, pode ser avaliada como indisciplina, pois as atividades em sala de aula não decorrem ou se baseiam apenas na aquisição do

conhecimento, nem toda a agitação que afete a aprendizagem e os relacionamentos pode ser considerada apropriada e individualizada nesta faixa etária.

Se assim fosse, grandes problemas estariam resolvidos; ocorre que, na realidade, há uma grande carga afetiva envolvida, podendo passar por agressão, busca de afeto ou aceitação, e por fim, enfrentando situações de conflito – há que se fazer todo um trabalho educativo, preventivo, mas os problemas acontecem como o desrespeito às normas; o que se deve fazer é superá-los com coerência, conscientização e diálogo. O processo educativo e, mais especificamente, a construção do conhecimento são processos interativos e, portanto, sociais, nos quais os agentes que deles participam estabelecem relações entre si. Nessa interação, eles transmitem e assimilam conhecimentos, trocam idéias, expressam opiniões, compartilham experiências, manifestam suas formas de ver e conceber o mundo e veiculam valores que norteiam suas vidas. (VASCONCELLOS, 2000, p.363).

Conseqüentemente, a interação do ser humano tem uma função educativa, pois é convivendo com os seus semelhantes que o ser humano é educado e se educa. No processo de construção da informação, o valor pedagógico da interação humana é ainda mais presente, pois é por mediação da relação professor- aluno e da relação aluno- aluno que o conhecimento vai sendo estabelecido coletivamente.

Devemos realizar um reflexão sobre o assunto se não seria muito permissivo pensar que, uma criança na faixa etária dos 3, 4 e 5 anos que apresenta modos intolerantes, resistentes, agressivos, com a problemas de adaptação as regras de convivências, as normas da escola, que prejudique o processo de aprendizagem da mesma e de outros colegas, não seja considerada, no mínimo, indisciplina e, que essas demonstrações sejam simplesmente, esperadas para idade em que a criança se encontra. Sem a finalidade de rotular essas crianças e também não com a idéia preconceituosas, me propus a investigar na teoria se é possível falarmos de indisciplina na etapa da Educação Infantil, pois observo todos os dias manifestações: Como descumprimento de regras, às vezes mordem, agredem a professora e os colegas, inquietação, desobediência, agressividade de alguns alunos na escola.

Segundo Garcia (2008, p. 371) “um aluno indisciplinado seria não somente aquele cujas ações rompem com as regras da escola, mas também aquele que não está desenvolvendo suas próprias possibilidades cognitivas, atitudinais e morais”, e podemos utilizar essa leitura para pensar a indisciplina na Educação Infantil, considerando que o aluno indisciplinado está, também, prejudicando seu próprio desenvolvimento.

As manifestações de indisciplina na educação Infantil podem ser identificadas por atitudes como inquietações e suspensão com das atividades escolares, dos colegas ou de si mesmo, reações agressivas e intransigentes e confrontos diários com colegas ou mesmo com professor. O que se percebe que são atos que envolvem a necessidade de atenção a dificuldade de se colocar no ponto de vista do outro. O individualismo ainda é característico em algumas crianças nesta faixa etária, a renúncia pela aula, falta de limites e orientações determinantes e a convivência da criança em um espaço, onde devem obedecer as regras estabelecidas pela escola.

A escola (AQUINO, 1996), por sua vez de além de seu espaço de (re) produção científica e cultural, não deve se eximir de sua normatização atitudinal. Porém, o que se vê hoje é que muitas funções ultrapassam o âmbito pedagógico (sendo a ela delegada a normatização da conduta alheia) e que implicam o (re) estabelecimento de algumas atribuições familiares.

Outro fato frequentemente envolvendo o ato de indisciplina nesta fase menciona-se ao desenvolvimento do esquema corporal, está acontecendo nas crianças. Assim apresentam um comportamento expansivo devido á falta de coordenação motora fina, especialmente. Neste caso as crianças são apontadas como “estabanadas”, pois pisam nos colegas, gostam de brincar de luta ou jogam peças de jogos nos colegas, abraçam com força onde pode machucar, e por muitos podem ser classificadas com agressivas. Essas manifestações podem ser vistas como indisciplina por alguns professores, no entanto, eles precisam ser categorizados como fato de outro jeito, pois se nomeia ao desenvolvimento motor da criança, ainda de ocasionarem um envolvimento com a indisciplina uma manifestação pelo fato de que a disciplina e rotina também acessória na limitação, no limite corporal da criança e no desenvolvimento de sua coordenação motora.

Outros fatos de manifestações de indisciplina Educação Infantil é o aborrecimento, ausência de atenção, segurança, ordem, amor, que podem se revelar pela renúncia, distração, capricho, desmoralização e agressão. Não podemos deixar de ressaltar que movimento motor é uma particularidade essencial ao desenvolvimento das crianças nessa fase, já que necessitam brincar, movimentar e criar para extravasar suas energias, sendo assim o silêncio absoluto na sala de aula ou no pátio ou em outro espaço da escola não pode ser considerado

uma característica fundamental e saudável nesta etapa de ensino. É considerável que neste nível educacional, a conversa paralela é, mas freqüentes aparecimentos de indisciplina nos anos educacionais mais avançados, por exemplo, não deve ser considerada como ato de indisciplina, visto que, nesta etapa e de ensino, a convivência entre semelhantes e as conversas e agitações em grupos devem ser estimuladas.

Nos momentos de atividades, por exemplo, as crianças se reúnem por um determinado tempo. Isso depende muito da faixa de idade dos alunos, mantendo a sala de aula mais silenciosa, pois em outros períodos a circulação e o barulho pode ser aguardado.

Vergés (2003.p.32) afirma:

A criança que questiona, pergunta e se movimenta em sala de aula, não pode ser considerada indisciplina, porque na construção do conhecimento, a criança precisa buscar alternativas para encontrar o melhor caminho para aprender. Agora aquele aluno que não tem limite, não respeita a opinião e os sentimentos dos colegas, esse sim, é um aluno que pode ser considerado indisciplinado.

As crianças que segundo minha pesquisa teórica, demonstram indisciplina mesmo aos 3,4, e 5 anos de idade, exigem maior cuidado e estímulo, tanto da escola quanto da família, para que possam se ampliar moralmente e, assim, socialmente. O campo de afinidades sociais que a Educação Infantil precisa, estabelece um espaço que a criança necessita para desenvolver todas as suas habilidades e aprender a conviver com o coletivo. Parte desta ampliação integral infantil é o desenvolvimento moral, que abrange o procedimento de conscientização, das regras pela criança e que, automaticamente, transporta a criança à autonomia e a autodisciplina, menos comuns, especialmente, em espaços sócio- morais.

Isso nos faz refletir sobre a educação moral:

[...] crianças precisam sim aderir a regras (que implicam valores e formas de conduta) e essas somente podem vir de seus educadores, pais ou professores. Os “limites” implicados por regras não devem ser apenas interpretados no seu sentido negativo: O que não pode ser feito ou ultrapassado. Devem também ser entendidos no seu sentido positivo: o limite situa, dá consciência de posição ocupada dentro de algum espaço social – a família, a escola, e a sociedade como um todo. (LATAILLE, 1994 apud REGO, 1996, p. 86).

Deste modo, destacar um ato que pode ser rotulado como indisciplina e que na Educação Infantil se dá, claramente, individualizada das demais, pode não só

tolerar a continuação dessa manifestação como também, pode comprometer o desenvolvimento dessa criança, pois implica no seu procedimento de aprendizagem, tendo como resultados prováveis, o empenho de seu desenvolvimento cognitivo, afetivo e moral, onde, se organiza o caráter socializador fundamental na etapa de ensino da Educação Infantil e, é neste campo de relações sociais e trocas de experiências entre crianças de mesma idade, de idades próximas e entre elas e os professores que agitação pode surgir.

De acordo com Rego (1996, p. 83), a indisciplina escolar é um dos temas atuais que mais preocupam os professores e todos os envolvidos neste ambiente, sejam pertencentes a escolas públicas ou particulares, a Educação Infantil, ao Ensino Fundamental ou Médio e a distintos contextos sociais. Assim, se faz cada vez mais importante, nos dias de hoje, devido à diversidade cultural, à democratização e ao aumento da acessibilidade nas escolas, entender o que é esse fenômeno, o que ele quer dizer e como ele se manifesta.

Quando as crianças estão no início de seu desenvolvimento social, de suas relações e, do convívio em coletividade e da vida escolar, as noções de disciplina já começam a ser apresentadas e os atos de indisciplina já podem começar a aparecer. O professor quando se depara com manifestações de indisciplina na etapa da Educação Infantil, pode perceber que ela se apresenta de formas bem particulares e distantes das que ocorrem em idades mais avançadas.

Vergés (2003, p. 19) sugere que “algumas crianças desde que começam a freqüentar a escola, já demonstram algum tipo de indisciplina”, fazendo desta problemática uma das maiores preocupações dos professores dessa etapa, que estão focados na estimulação do desenvolvimento da criança como um todo e na educação para a cidadania.

Cabe aos professores adotarem um modelo principal de atitudes diante da indisciplina mais comuns, como se todos adotassem o mesmo uniforme comportamental. Quando um aluno ultrapassa os limites, não está somente desobedecendo a um professor em particular, mas as regras da escola. Conseqüentemente faz necessário o professor ter a mentalidade aberta e acompanhar o método de construção do conhecimento, agindo como atuante entre parte do saber e a aprendizagem, ser para o aluno um mediador, criar um ambiente de descoberta do mundo para as crianças nesta faixa etária.

Dar limites às crianças na Educação Infantil é iniciar o método de entendimento e inquietação do outro. Nenhuma pessoa pode respeitar seus semelhantes se não aprender qual são os seus limites, e isso abrange compreender que nem sempre se pode realizar tudo que se almeja na vida, e assim, começar então a combater a indisciplina. O docente nas aulas de Educação Infantil estabelece informação, capacidades, construção de significados, desperta potenciais, portanto também formando limites. Nos dias atuais o que observamos é que nossos alunos chegam à escola demonstrando serem hiperativas, com uma linguagem ativa, rebeldes, sem educação e indisciplinados.

Sendo assim são corretos os seguintes ensinamentos do professor Içami Tiba (1996, p. 43):

Cabe os pais delegar ao filho tarefas que ele já é capaz de cumprir. Essa é a medida certa do seu limite. É por isso que os pais nunca devem fazer tudo pelo filho, mas ajudá-lo somente até o exato ponto em que ele precisa, para que, depois, realize sozinho suas tarefas. É assim que o filho adquire autoconfiança, pois está construindo sua auto-estima. O que ele aprendeu é uma conquista dele.

Os educadores de hoje estão incomodados com essa realidade, pois estes fatores acabam interferindo no procedimento ensino-aprendizagem e até no desenvolvimento da cidadania dos alunos. Outro fato sobre a indisciplina na Educação Infantil está relacionado á organização educacional, pedagógica, ás políticas econômicas e sociais entre outras.

A indisciplina é, em parte, causada pelas relações interpessoais e poderá ser superada com a promoção de um trabalho amplo relacionado aos aspectos sociais ou pode ser acentuada pela sua negação, carência ou, ainda, pelo tumulto procedente da quebra de regras organizada pela escola. As mudanças ocorrem, e a sociedade se transforma. É também acontece na escola, pois a família tem um papel fundamental na educação dos filhos. Hoje os pais estão deixando esta função a cargo da escola, mas a escola não está preparada para assumir o cargo exclusivamente, ela precisa de ajuda ou suporte de todos envolvidos na vida dos alunos.

Percebemos muitas famílias desestruturadas, desorientadas, com hierarquia de valores invertida em relação à escola, transferindo responsabilidades suas para a escola [...] a família não está cumprindo sua

tarefa de fazer a iniciação civilizatória: estabelecer limites, desenvolver hábitos básicos. (VASCONCELLOS, 1995, p. 22).

Observando o dia-a-dia das escolas vejo que a educação brasileira, de um modo geral, passa por um período bastante delicado. Além da deficiência de uma política pública educacional clara e competente, professores, gestores, alunos, por fim, toda comunidade escolar alerta que alguma coisa bastante ruim vem ocorrendo no ambiente escolar. Dentre desses conflitos destaco a indisciplina escolar. É um problema que cada vez vêm preocupando de forma clara e marcada como um dos principais alvos de discussões entre os profissionais da educação. É um tema polêmico. A indisciplina tornou-se um dos maiores obstáculos pedagógicos nos dias atuais e vista como uma das causas da falta de aproveitamento escolar. Muitas vezes é considerada a grande “vilã” no espaço escolar. É freqüente ver professores reclamando dos alunos.

De acordo com Aquino (1996, p. 34), a relação professor-aluno é muito importante, a ponto de estabelecer posicionamentos pessoais em relação à metodologia, à avaliação e aos conteúdos. Se a relação entre ambos for positiva, a probabilidade de um maior aprendizado aumenta. A força da relação professor-aluno é significativa e acaba produzindo resultados variados nos indivíduos.

A indisciplina escolar é um dos maiores conflitos no processo de aprendizagem e seus aparecimentos são apontados por uma variedade de causas, fazendo deste tema uma das questões mais intrigantes na área social e educativa da contemporaneidade. A discussão desta questão está cada vez mais atual nas pesquisas e debates em Educação, objetivando sua concepção e aprimorar formas de intervenção e de prevenção. A disciplina é importante na coordenação escolar tendo em vistas suas finalidades educativas. Precisamos realizar uma reflexão e análise em torno da realidade e da intenção da busca pela disciplina, e buscar uma forma de mediação, as quais as aprimorem a forma a serem seguidas, pois a disciplina se faz necessário não somente no ambiente escolar, mas, também na vida dos alunos. A disciplina é importante para que o processo ensino – aprendizagem aconteça, pois é por meio dela que a indivíduo se torna capaz de controlar os seus impulsos e afetos.

Segundo Garcia (2008, p. 371) “um aluno indisciplinado seria não somente aquele cujas ações rompem com as regras da escola, mas também aquele que não

está desenvolvendo suas próprias possibilidades cognitivas, atitudinais e morais”, e podemos utilizar essa leitura para pensar a indisciplina na Educação Infantil, considerando que o aluno indisciplinado está, também, prejudicando seu próprio desenvolvimento.

Uma das causas deste ser um tema tão intrigante é sua complexidade conceitual, ou seja, a sua ampla alteração e diferentes concepções e formas de manifestação. Garcia (2010) compreende em que momento se pode considerar essas manifestações como atos de indisciplinados. Pois, conforme afirma o autor uma “simples agitação não pode ser entendida como indisciplina ou poderemos esvaziar o próprio sentido pedagógico da idéia de disciplina na escola” (GARCIA, 2010, p. 5). Ou seja, é preciso levar em consideração que a criança se encontra em desenvolvimento, por isso requer um olhar mais atento sobre o que essas manifestações querem revelar.

Assim, suponho limitativo e precoce identificar algumas atitudes como indisciplina, de forma que, os atos “chamados de indisciplina” consistem em, na verdade, próprios ao desenvolvimento da criança que está se estabelecendo, aprendendo, que está dando início às convivências com regras estabelecidas e que, por isso, não pode ser caracterizadas como desregrada, desordeira, ou ser, indisciplinada. Assim como nem toda ação desordeira pode ser analisada como indisciplina, nem toda agitação que comprometa a aprendizagem e os relacionamentos pode ser considerada adaptada e característica da faixa etária.

O entendimento da indisciplina está integrado com o contexto histórico, no sentido de ser entusiasmado pela concepção do que é criança. Penso que a indisciplina também está relacionada com o espaço, o local onde o acontecimento ocorre, além de ser visto de atitudes classificadas de acordo com a faixa etária dos alunos que apresentam a diversidade social, também varia de acordo com a concepção pedagógica de cada escola, de cada professor e de cada estudioso que interprete o tema. Por isso, este estudo teórico anseia encontrar e compreender como este fato se arquiteta nas primeiras afinidades sociais da criança, dentro do espaço escolar, mais exatamente, no contexto da Educação Infantil.

Não podemos deixar de ressaltar que a escola torna-se um centro importante de encontros e acontecimentos sociais, um espaço privilegiado para a descoberta e a consolidação de amizades e também para o lazer. Percebe-se que a escola passa a constituir-se em um ambiente agradável, propício para o convívio e ricas interações, indo muito além das simples transmissão de conhecimentos. Pode-se dizer que a escola de um modo geral tem uma considerável participação na constituição de nossa singularidade.

Segundo Rego (1995) a indisciplina pode ser vista como obediência cega a um conjunto de prescrições, principalmente como um pré-requisito para o bom aproveitamento do que é oferecido na escola. Observa-se que nesta perspectiva, qualquer manifestação de inquietação, discordância, conversa questionamento ou desatenção por parte dos alunos é entendida como indisciplina, já que se busca a paciência e a docilidade das crianças de tal forma que nada as possa distrair dos exercícios passados pelo professor.

É muito importante o papel do professor, não como figura essencial, mas como coordenador do método educativo, já que, utilizando de autoridade democrática, cria, em conjunto com os alunos, ambiente pedagógico atraente, instigante e desafiador, para que neste espaço ocorra a construção de um conhecimento escolar expressivo. É necessário que se coloque uma forma de comunicação necessária para que a aprendizagem significativa ocorra realmente no espaço determinado. O aluno é o centro da vida e da organização escolar. Portanto, além de construir conhecimentos e desenvolver competências, é prioridade na ação educativa que cultive os valores através da descoberta do mundo, dos outros, de si mesmo.

Conforme o MEC (1995)

A criança é o principal agente construtor de seu conhecimento do mundo e de sua própria identidade. As circunstâncias do meio em que vive, somadas às condições de seu pensamento em cada uma das etapas pelas quais vai passando, fazem de cada criança um ser inteiramente original. (MEC, v.I, p. 65)

Segundo Freire (1999, p.96) “o bom professor é o que consegue, enquanto fala trazer o aluno até a intimidade do movimento de seu pensamento. Sua aula assim é um desafio e não uma cantiga de ninar. Seus alunos cansam, não dormem.

Cansam porque acompanham as idas e vindas de seu pensamento, surpreendem suas pausas, suas dúvidas, suas incertezas.”

A indisciplina escolar não abrange características descobertas dentro da sala de aula ou nas afinidades professor- aluno, fora da escola existe as dificuldades sociais, como sobrevivência problemática e baixa qualidade de vida, problemas culturais, psicológicos e nas relações familiares. A sociedade transformou as famílias também, o aluno de hoje é diferente, mas a escola permanece com suas práticas de ensino como há décadas atrás. Assim, a conduta indisciplinada do aluno sinalizaria que alguma coisa na escola e na sala de aula não está acontecendo de acordo com as expectativas especialmente dos alunos, mais, sim estariam reivindicando transformações necessárias para que se atinja o objetivo principal da escola que é uma educação de qualidade, que desperte o interesse do educando pelo aprendizado e também no ambiente escolar onde está inserido.

Vasconcellos (1995, p.25), explica assim que “Sempre que se pensa em disciplina, vem à mente a idéia de limite, mas não limite pelo limite, qual seja, o limite está sempre associado a algum sentido, a alguma finalidade (seja legítima ou não).”

A indisciplina no contexto escolar, de acordo com Garcia! (1999) está relacionada a fatores interno ou externos á escola. Entre as razões internas estariam, por exemplo, as condições de ensino e aprendizagem, a natureza do currículo, as características dos alunos, aos modos de relacionamento estabelecidos entre professores e alunos, e o próprio sentido atrelado á escolarização. Entre os fatos externos destacam-se a violência social e os conflitos psicológicos causados por e ela, a influência da mídia e o ambiente familiares dos alunos.

Em seus estudos Rego (1995 p. 84), afirma que:

A indisciplina é muito difundida no meio educacional e compreendida como manifesta por um indivíduo ou um grupo, com um comportamento inadequado em sinal de rebeldia, desacato, trazido na falta de educação ou de respeito pelas autoridades, na bagunça ou agitação dos comportamentos esperados.

Segundo Rego (1995) a indisciplina pode ser vista como obediência cega a um conjunto de prescrições, principalmente como um pré-requisito para o bom

aproveitamento do que é oferecido na escola. Observa-se que nesta perspectiva, qualquer manifestação de inquietação, discordância, conversa questionamento ou desatenção por parte dos alunos é entendida como indisciplina, já que se busca a paciência e a docilidade das crianças de tal forma que nada as possa distrair dos exercícios passados pelo professor.

Nosso dia-a-dia escolar percebemos que os professores precisam ter qualidades humanas imprescindíveis como, equilíbrio emocional, responsabilidades, caráter, prazer em viver, ética e especialmente amor a profissão. Além de ter comando de sua prática pedagógica e ter um grande conhecimento sobre o espaço de sala e de como se comunicar-se com aluno, pois o professor tem a função de ser mediador entre nossa realidade social e a missão de educar. É esta realidade social que nos proporciona um grande desafio, vivemos em um mundo de elevado desenvolvimento tecnológico sem esquecer que estamos trabalhando com pessoas em formação.

Na obra “Pedagogia Afetiva” (2001, p. 44) Rossini define que:

A complexidade da vida moderna acaba delegando aos professores papéis antes só de responsabilidade dos pais. A família de hoje conta muito com a escola, ou seja, com seus professores na formação das crianças e dos jovens. Ela precisa estar informada sobre a linha de conduta que a escola tem com seus filhos e, o que é fundamental, concordar com esta linha: é preciso falar a mesma língua. Nos dias de hoje, o professor deve ser um “líder”, deve saber também que liderança não se impõe, se conquista. Na sala de aula, ele representa a direção, a própria família. Ali ele é o “dono da lei”.

Deste modo é de suma importância uma análise conjunta família e escola, juntamente com Psicólogo Escolar ou com os professores devem detectar prováveis falhas e juntos tentar solucionar o problema da indisciplina. A família tem que tomar uma atitude por parte do educando, não só deixar para escola resolver estes problemas tão presentes em nossa escola. A indisciplina é um dos principais obstáculos encarado pelos professores e sua atuação em sala de aula, pois se abrange a falta de regras e limites por parte da criança desde primeira infância. A criança que aprende desde cedo que o mundo é feito de regras, domínio de agüentar de acordo com elas (regras), sem a presença dos pais ou da pessoa que faz parte da sua vida.

Sendo assim são corretas os seguintes ensinamentos do professor Içami Tiba (1996, p.43):

Cabe os pais delegar ao filho tarefas que ele já é capaz de cumprir. Essa é a medida certa do seu limite. É por isso que os pais nunca devem fazer tudo pelo filho, mas ajudá-lo somente até o exato ponto em que ele precisa, para que, depois, realize sozinho suas tarefas. É assim que o filho adquire autoconfiança, pois está construindo sua auto-estima. O que ele aprendeu é uma conquista dele.

Não é somente o professor que deve estar preocupado na boa disciplina, mas toda a escola como também na família, pois é no ambiente da sala de aula que se auxílio a formar futuros cidadãos com personalidade, onde vão aprender a controlar seus impulsos que são descontrolados e precisam de aperfeiçoamento desde a primeira infância. Segundo Vygotsky (1987) a educação tem papel crucial sobre o comportamento e o desenvolvimento de funções psicológicas. Em outras palavras, o comportamento ou disciplina é aprendido. Baseando-se nestas premissas, pode-se inferir, portanto, que o problema da indisciplina não deve ser encarado como alheio à família nem tão pouco à escola já que, na nossa sociedade, elas são as principais agências educativas.

A sociedade transformou-se, a família também, o aluno de hoje é diferente, mas a escola permanece com sua técnica de ensino como há décadas atrás. Assim, a conduta indisciplinado do aluno se revelará que algo na escola e na sala de aula não está acontecendo de acordo com as perspectivas especialmente dos alunos, e mais, estes estariam reivindicando modificações indispensáveis para que se cumpra o objetivo da escola: uma educação de qualidade, que desperte o interesse do aluno pelo aprendizado e pelo ambiente escolar. Segundo Aquino (1996) estamos em outros tempos e precisamos estabelecer outras relações.

Vasconcellos (1995, p. 53) diz que "não se trata de fazer ajustes no velho para que ele permaneça, ao contrário, a perspectiva é dar pequenos passos, mas concretos na nova direção, preparando um salto qualitativo, e fazer com que seja uma mudança duradoura". Na visão desse autor o conceito de disciplina está em parte associado à base de obediência nas escolas, porém esta palavra deve ser mudada pela palavra respeito, para que se realize a construção do conhecimento democrático e disciplinante.

Diante de algo que não esta de acordo com o aluno, o mesmo vai reagir, pois eles têm o direito de questionar, perguntar e incomoda. O aluno deve ser ouvido,

pois isso não é um ato de indisciplina. O que vem a ser revelado como indisciplinado no espaço educativo é aquele aluno sem limites, que não respeita o ambiente e o próximo.

Vale ressaltar que, é extremamente mais comum respeitar quando se tem democracia, pois as pessoas, de um costume geral, tendem a agir contra o autoritarismo, ou contra as suas vontades. Um espaço democrático há um maior respeito diante das diferenças, desde pessoais e até mesmo físicas, aonde se concretiza melhor a respeito ao outro. Atitude com ideais democráticas de respeito recíproco e harmônico, um espaço democraticamente o domínio seus cargos, pode beneficiar ou também cooperar expressivamente para mudanças das relações na escola, buscando alternativas com que os alunos sejam conscientes e sabedores da importância do respeito e não da obrigação de obediência frente às regras.

Araújo (1996 apud AQUINO 1996, p. 110) afirma:

[...] a integração entre ação e o juízo moral será possível para Piaget, quando o sujeito se sentir obrigado racionalmente por sua necessidade interna, a agir moralmente, de acordo com princípios universais de justiça e igualdade. Esse nível de desenvolvimento ideal de autonomia moral dificilmente poderá ser alcançado por sujeitos que vivam constantemente em ambientes de coação e respeito unilateral, uma vez que esse tipo de relação é irreduzível à moral do bem. Somente poderão construí-lo lentamente (como possibilidade) os indivíduos que tenham oportunidade de estabelecer relações interindividuais com base na cooperação, na reciprocidade e no respeito mútuo.

Conseqüentemente, essa modificação dos alunos dentro das escolas, sociedade, família e em qualquer grupo de convívio fará com que o problema da indisciplina seja enfrentado sob um ponto de vista distinto, onde a obediência às regras seja proporcionada não como uma obrigatoriedade, mas tendo como hipótese as ideais democráticas de honestidade e igualdade. A disciplina consciente e interativa, adquirida por meio do método da participação, respeito, responsabilidade, estabelecendo conhecimentos voltados ao desenvolvimento de cidadãos.

A família, em semelhança ao assunto de socialização, preenche grande controle sobre a criança e o adolescente, sendo, portanto. É estranho recusar o valor e o conflito que a educação familiar, no ponto de vista cognitivo, afetivo e moral, acrescentam na formação particular do ser humano. As escolas necessitam aprender e se adaptar às reivindicações e também às expectativas e necessidades

dos estudantes. E os alunos, por sua vez, devem abranger e entender as regras da escola. Para que esse método ocorra respeitando tanto o professor como o aluno, é indispensável que se planeje sucessivamente um diagnóstico, que se busquem as origens responsáveis pelo episódio da indisciplina.

Rego (1996, p. 98) ressalta que:

Os traços que caracterizarão a criança e o jovem ao longo de seu desenvolvimento não dependerão exclusivamente das experiências vivenciadas no interior da família, mas das inúmeras aprendizagens que o indivíduo realizará em diferentes contextos socializadores como na escola.

Das causas do acontecimento da indisciplina nas aulas os alunos apontam muitos conteúdos, relação professor – aluno, ausência de aulas diferentes, problema de aprendizagem, aulas intensas e monótonas, desinteresse por parte dos educando, e dos professores. Projeto participativo, em que todos possam participar e se tornarem protagonistas. É preciso que neste lugar esteja presente um espaço para dialogar os conflitos. O desenvolvimento da criatividade, despertando o senso de solidariedade e não um espaço de indiferente à diferença. Que neste espaço em que os muitos alunos são vistos de forma preconceituosa por conta dos comportamentos indisciplinados torne-se um lugar participativo e democrático. E sim colaborando para uma educação global, onde administre o respeito, o desenvolvimento da formação da cidadania.

A gestão democrática deve haver abrangência da administração escolar como atividade meio e reunião de valores coletivos para a realização dos fins da educação, assim como a compreensão e aceitação do princípio de que a educação é um processo de emancipação humana; que o Plano Político pedagógico (PPP) deve ser elaborado através de construção coletiva. O aluno deve ser respeitado no meio ou período histórico em que está inserido. Se ele não está conectado ao processo ensino-aprendizagem passa a expor condutas que causam preocupação à escola, são manifestações que aparecem na forma de agitação.

Para Freire (1997), um projeto de escola que busque a formação da cidadania precisa ter como objetivos: tratar todos os indivíduos com dignidade, com respeito à divergência, valorizando o que cada um tem de bom; fazer com que a escola se torne mais atualizada para que os alunos gostem dela; e, ainda, garantir espaço para a construção de conhecimentos científicos significativos, que contribuam para uma análise crítica da realidade.

Portanto, uma das maneiras de compreendê-la em seu contexto é através da análise das relações sociais em que ela acontece. Como afirma Estrela (1992, p. 14), a indisciplina na escola só adquire significado dentro do processo pedagógico em curso e só pode ser compreendida em relação às funções que as suas manifestações desempenham dentro desse processo. O que Estrela tenta argumentar é que a manifestação da indisciplina pode ser compreendida de acordo com o contexto sócio-histórico-educacional e dependendo da relação pedagógica que se dá neste contexto. Por isso, vale ressaltar a importância de contextualizar para melhor compreender o fenômeno que aparece sempre em um contexto de relações.

A educação está permeada por grandes desafios que comprovam a sua complexidade e importância para a sociedade. Ressaltamos a relevância da Educação Infantil por ser o período em que os indivíduos se desenvolvem nas dimensões: cognitivas, afetivas, corporais e sociais. Esse é um período profícuo para a construção de conhecimentos. Cabe então, refletirmos sobre a infância, buscando compreender este processo através da perspectiva histórica a fim de apreender os diversos aspectos que interagem no exercício profissional dos gestores que atuam com crianças desta faixa etária.

Teve grandes mudanças A regulamentação e a democratização deste nível de ensino, no país, são recentes e são freqüentes as suas alterações e aperfeiçoamentos. Foi a partir da Constituição Federal de 1988 que os avanços e conquistas nesta área educacional começaram a surgir, culminando com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394, de 1996 que firmou a importância e o direito de todas as crianças à Educação Infantil, sendo estabelecido, pela primeira vez na história do país, que a Educação Infantil deve constituir a primeira etapa da Educação Básica (BRASIL, 1997).

Assim, a partir da LDB de 1996, se iniciou o processo de universalização do ensino para crianças pequenas que, atualmente, após Diretrizes e Referenciais Curriculares, sugere a acessibilidade a todas as crianças de 0 a 5 anos, não mais como um conhecimento auxiliar ou de somente uma preparação para alfabetização, mas sim, como uma etapa essencial e indispensável para o desenvolvimento de todas as crianças. O objetivo que se encontra nos dias de hoje, é fazer predominar uma visão integradora e indissociável entre as ações de cuidar e de educar, ou seja,

auxiliar e educar as crianças fornecer condições saudáveis e adaptadas para seu desenvolvimento cognitivo e social, permitir dessa forma, uma formação para a cidadania, pois vivemos em uma sociedade contemporânea.

Ao longo dos anos vem acontecendo grandes transformações para uma administração descentralizada dos sistemas educacionais, várias aquisições sociais foram legalizadas na constituição Federal, de 1988. Uma delas foi a criação das escolas de educação infantil, enquanto direito da criança e dever do Estado. A Lei Diretriz e Bases da Educação Nacional de 1996 definiram que a educação infantil é a primeira etapa da Educação Básica. Foi uma conquista histórica, é fruto de movimentos sociais que há muito tempo vem reivindicado a garantia do direito ao atendimento educacional das crianças de 0 a 6 anos de idades.

[...] ensejou um movimento da sociedade civil e de órgãos governamentais para que o atendimento às crianças de 0 a 6 anos fosse reconhecido na Constituição Federal de 1988. A partir de então, a Educação Infantil em creches e pré-escolas passou a ser, ao menos do ponto de vista legal um dever do estado e um direito da criança (artigo 208, inciso IV). O Estatuto da criança e do Adolescente destaca também o direito da criança a este atendimento. Reafirmando essas mudanças a Lei de Diretrizes e bases Nacional, Lei nº 9.394 promulgada em dezembro de 1996, estabelece de forma incisiva o vínculo entre o atendimento das crianças de 0 a 6 anos e a educação. (Brasil, RECNEI, 2006, v.1, p. 11).

Dessa maneira, a concepção de Educação Infantil que integra as funções de educar e cuidar em escolas educativas complementando a família, portanto exige que se conheçam as ações que unem as ações desenvolvidas pelas prefeituras para a implantação das regras municipais de Educação Infantil. É nestas implantações conjuntas das prefeituras e o Estado vêm traçando um desenho de uma educação de qualidade que assegura a permanência das crianças de 0 a 6 anos de idade na escola. Nesse sentido, nos anos de 1970 a Educação Infantil era associada à solicitação social, pois o direito a educação direcionado as crianças nessa faixa etária, eram das mães que trabalhavam fora de casa, onde teria que comprovar com documentos assinados pelos empregadores só assim conseguia vagas nas EMEI, ultimamente com a Constituição Federal de 1988, esse nível de escolarização passa a ser direcionado ao ensino, passou a ser direito à educação para todas as crianças, dando um novo sentido e direcionamento sobre o entendimento de criança que se reflete na área educacional.

Nesta totalidade, a educação tem como papel fundamental para desenvolver nas pessoas a compreensão de si, e dos outros, por meio do conhecimento do mundo. Nesse sentido, a educação demonstra a atitude crítica, possibilitando a concepção verdadeira dos fatos. Por isso, a educação se torna importante e responsável com a construção da sociedade. Isso demonstra a necessidade de analisarmos o contexto educacional no qual estamos inseridos. Neste ponto de vista, cabe então, refletir sobre a urgência de mudanças expressivas não apenas na prática pedagógica, mas também, e especialmente nas concepções que as orientam.

Conforme Lück (2006) a educação na sociedade do conhecimento implica em um posicionamento das pessoas como sujeitos ativos, conscientes e responsáveis pela dinamização dos processos sociais e das instituições de que participam. Todavia, há que se ressaltar que nenhuma ação isolada será por si só, suficientemente adequada para promover avanços consistentes e duradouros na educação.

A família tem um papel muito importante no contexto escolar, pois cada vez mais cedo as crianças estão indo para escola. É fundamental que a família e a escola atuem em parceria, onde seus papéis fiquem bem delimitados quanto à educação das crianças. Partindo dessa ideia, propõe-se uma reflexão sobre a relação família/ escola. À família cabe o papel de transmitir os valores morais e a ideologia de vida, e serem firmes quanto a isso. Por exemplo, valores como generosidade e honestidade devem ser ensinados pelos pais.

A família é essencial para o desenvolvimento do indivíduo, independentemente de sua formação. É no meio familiar que o indivíduo tem seus primeiros contatos com o mundo externo, com a linguagem, com a aprendizagem e aprender os primeiros valores. Tal convivência é fundamental para que a criança se insira no meio escolar sem problemas de relacionamento disciplinar, entre os outros.

A escola deve posicionar-se moralmente em relação a certos valores fundamentais, pois é um espaço que permite relações de troca, de cooperação, solidariedade e, até mesmo, situações de conflitos, que são boas oportunidades para os alunos refletirem sobre seus atos, se colocarem no lugar dos outros e concordarem como agir.

Dessa forma, o processo reflexivo sobre a representação paradigmática da gestão democrática se compôs em condição para que os educadores e gestores construam e reconstruam saberes essenciais à sua prática. Para que os educadores e gestores sintam-se capazes de atuar como sujeitos críticos, com postura crítica diante da realidade, buscando a intervenção nesta de acordo com sua visão de mundo. Nesta perspectiva, o repensar sobre o processo educacional à luz das concepções de gestão democrática se faz necessário visando desenvolvimento profissional comprometido com a formação dos indivíduos para a vida e não para o mero acúmulo de informações e aptidões ditadas pelo mercado.

2 A INDISCIPLINA E OS DESAFIOS SOB O VIÉS DA GESTÃO ESCOLAR, EDUCACIONAL E DEMOGRÁTICA

No cotidiano da escola, podemos observar que a educação brasileira, de um contexto geral, transcorre por um período bastante delicado. Além da deficiência de uma política pública educacional aberta e eficiente, professores, gestores, alunos, por fim, toda comunidade escolar alerta que alguma coisa bastante conflituosa está ocorrendo no espaço escolar à indisciplina por exemplo. Podemos testemunhar nossos professores preocupados com esta situação que abrange o espaço escolar, criando dentro da escola um caso angustiante. Alguns culpam que autoridade e o controle excessivo de antigamente que foram trocados por certa perplexidade e indiferenças entre os professores, que muitas vezes passam por parceiro dessa dificuldade educacional, dando a disciplina um valor essencial.

Para Maria Montessori "a disciplina não é, pois, um fim, mas um caminho que permitirá à criança saborear as alegrias da ordem interior, atingidas graças a conquistas sucessivas" (apud ESTRELA, 1992, p. 78). Por se tratar de um assunto bastante controvertido, professores, pedagogos, diretores, pais e alunos estão assombrados no meio do embaraçado de significados valores que a disciplina composta.

O que se ouve em conversas entre professores que a indisciplina é um dos grandes desafios a ser enfrentados por profissionais da área da educação, e há um grande questionamento feito pelo mesmo, como agir diante desta realidade que assusta nossas escolas e todas as pessoas envolvidas no processo educativo. Outra reclamação é que os alunos não estão interessados em aprender, não tem noção do desejam do futuro, as famílias não estão preocupadas em acompanhar o desenvolvimento de seus filhos, "os valores morais foram perdido", a escola passou a exercer papéis que não é da escola, é muita reclamação que a maioria das vezes, só se menciona ao aluno como protagonista dessa indisciplina e por decorrência do seu fracasso escolar.

A educação ativa formal é dada pela escola. Porém, a educação global é feita a oito mãos: pela escola, pelo pai e pela mãe e pelo próprio adolescente. Se a escola exige o cumprimento de regras, mas o aluno indisciplinado tem a condescendência dos pais, acaba funcionando como um casal que não chega a um acordo quanto à educação da criança. O

filho vai tirar o lucro da discordância pais/escola da mesma forma que se aproveita quando há divergências entre o pai e a mãe. (TIBA, 1996, p. 183).

Mas não temos receitas prontas para solucionar esta dificuldade é importante, contatar que a escola precisa com urgência buscar alternativas para se recuperar perante a comunidade escolar. Há que sua imagem vem sendo advertida em razão do método histórico na qual esta inserida, a contagem e destacada em perda á qualidade. Para grandeza, os princípios da gestão democrática garantida por lei, devem ser comprovados, colocados em evidência, o conhecimento e o diálogo entre, os envolvidos no procedimento educativo. Vasconcellos (2006, p. 19) afirma que esse descontentamento dos professores, nas escolas atuais, acontece por que “o educador não dispõe de uma concepção, de um método, de uma ferramenta eficiente”. E alerta sobre a necessidade de uma reflexão acerca dos fatos que vêm ocorrendo dentro das escolas, estabelecendo critérios que contribuam para o enfrentamento do problema e não apenas cair no saudosismo.

Para Franco (1986, p. 62-63) o professor só se refere aos alunos quando menciona os problemas da disciplina na escola. No entanto, a disciplina diz respeito a todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem: direção, alunos, professores, pedagogos, funcionários e pais. Daí a necessidade “da observância de certas ordens, de certa sistematização, de certas normas de conduta, de certa organização. Isto porque o trabalho pedagógico não é um processo natural, espontâneo e tampouco ocasional.

A sobrevivência está cada vez mais difícil, pois todos necessitam trabalhar mais, até mesmo os professores; em muitos casos alguns pais passam o encargo a escola, por falta de tempo ou problema em educar seus filhos. O motivo especialmente e por estamos vivendo em uma sociedade consumista. Portanto a convivência familiar passa a ser bastante limitado. É comum ouvir os pais dizendo que se necessário 'pode bater' pode fazer o que quiser; eu já não posso mais com ele. Vasconcellos (2006, p.79). Diante de tais colocações o autor alerta que a escola precisa estar atenta e ter claro o que pretende com seus alunos, não assumindo papéis que não são seus e fazendo com o que os mesmos entendam o que está sendo proposto a eles. Desta maneira, os próprios filhos terão argumentos para ajudarem seus pais a compreenderem a proposta da escola e isso poderá ser possível a partir do momento que haja abertura por parte da escola para a

participação de todos no levantamento dos problemas e das proposições de atitudes a serem tomadas em conjunto.

Para Arroyo (2004), os alunos já não são os mesmos, porque não encontramos nas escolas aqueles sujeitos que idealizamos em nossos cursos de formação: ingênuos, doces e bondosos. Para esse autor, como alimentamos essa imagem de aluno ideal torna-se inadmissível uma sala de aula que não seja composta por sujeitos ordeiros e passivos. Tudo vem piorando a condição da infância e adolescência e também as condições de trabalho dos docentes “o que vem tornando as escolas e salas de aula inadmissíveis é o fato de terem piorado brutalmente as condições de viver a infância e adolescência enquanto não melhoraram as condições de exercer a docência”. (ARROYO, 2004, p. 39).

Não cabe aos professores da educação censurar essas crianças e adolescente á eliminação por não estar capazes a suportar esses alunos, mesmo porque não cabe somente aos educadores uma tomada decisão, cabe também aos poder público dar condições para que os professores apresentem uma melhor formação, materiais, para que as transformações aconteçam com um salário melhor, valorização dos professores, equipamentos adequado aos prédios escolares, biblioteca adaptada, sala com menos alunos, realizarem cursos e, formação continuada de qualidade etc.

Os alunos que hoje frequenta a escola foram censurados desde a sua tenra idade, a elite e o capitalismo os condenaram a não ter direito de viver uma infância digna. Todos tiveram suas condições de trabalho arruinadas tamanhos à insegurança a que fomos reprimidos, professores desmotivados é, essa realidade onde a escola está inserida, essas são as dificuldades que enfrentamos na atualidade. Além de atravessarmos com todos esses problemas observamos no coletivo, a conceito de que indisciplina significa “desobediência, rebelião, insubordinação” (BUENO 2000, p. 345). Porém, no que se referem à indisciplina escolar, as opiniões sobre a mesma são variadas e divergentes. Isto se deve ao fato de ser um assunto complexo, trazendo em si uma multiplicidade de interpretações.

A legislação Educacional contemporânea aponta para uma formação de alunos crítico, participativos, capazes de interagir com o coletivo e a escola deve proporcionar condições para que esses alunos tenham direitos garantidos, mas ainda a escola, os professores, a direção encontram capricho que vêm nessa

participação uma advertência a visão autoritária que ainda transcorre aos corredores escolares. A finalidade é priorizar a cidadania, a escola deve busca alternativa e oportunidade de participação para resolver agitação, até mesmo quando pronunciem respeito à indisciplina. Outro motivo é que a sala de aula não é atrativa quantos os meios de comunicação, particularmente a internet.

Enquanto a mídia (os diversos meios de comunicação como a televisão, o rádio, o jornal, o próprio computador atualmente, etc.) têm como função primordial a difusão da informação, a escola deve ter como objetivo principal a reapropriação do conhecimento acumulado em certos campos do saber [...]. (AQUINO, 1998).

É importante que professores a direção das escolas, pedagogos, parem para avaliar as demandas referentes a este tema e se debrucem em estudos e reavaliar o papel da escola e resolver o que realmente o que deve fazer reproduzir a sociedade diferente e que reflete na escola os conflitos da mesma ou procurar tática de superação por meio de atuação concreta que desempenhe a papel histórico da escola e de seus sujeitos para construção de uma educação com qualidade igualitária e deste modo conseguir meios para lutar contra o que está sendo imposta aos professores e própria coletividade. Cada idéia visando à qualidade educacional precisa de uma reflexão e diagnóstico para enriquecer e desenvolver saberes sobre os problemas atuais da Educação no Brasil (ZAGURY, 2006).

O trabalho da escola tem uma repercussão muito maior também: não se trata simplesmente de transmitir determinados conteúdos socialmente acumulados pela humanidade: trata-se, além disso, de inserir o sujeito no processo civilizatório, bem como na sua necessária transformação tendo em vista o bem comum (VASCONCELLOS, 1995, p. 33).

Perante do desafio de lutar por uma política democrática de educação, e democratização da gestão tem aceitado boa parte das discussões e dos debates pedagógicos, uma vez que estes são princípios dessa tão aguardada gestão democrática, que provoca uma grande mudança do sistema de ensino brasileiro. O que a escola espera da família é uma participação eficaz na vida escolar dos filhos e a ajuda às ações da escola, demonstrados por meio de críticas e proposta para o melhoramento do trabalho dos professores, do cuidado às necessidades do filho que muitas vezes não está no simples apoio nas atividades, mas na conversação aberta e nas manifestações afetivas.

A família, em relação à situação de socialização, preenche grande autoridade sobre a criança e o adolescente, sendo assim, é impossível recusar a importância e o conflito que a educação familiar, no ponto de vista cognitivo, afetivo e moral, aperfeiçoado no desenvolvimento particular do ser humano.

Rego (1996, p. 98) ressalta que:

Os traços que caracterizarão a criança e o jovem ao longo de seu desenvolvimento não dependerão exclusivamente das experiências vivenciadas no interior da família, mas das inúmeras aprendizagens que o indivíduo realizará em diferentes contextos socializadores como na escola.

Um dos problemas para os professores em relação à problemática disciplinar é que eles não dispõem de uma compreensão, de um método, de uma ferramenta hábil para combater os atos de indisciplina que são vários, o que demonstra a necessidade de diversificação e estratégias por parte dos professores. Vasconcelos (1995, p. 17), diz que o “desafio, é construir uma teoria que efetivamente possa ajudar a enfrentar o problema”. “A gestão escolar que se busca aponta uma perspectiva de superação centrada no diálogo sobre os problemas que emergem no contexto escolar” (FLEURY, 1996). Organizando se as escolas tendo em vista a formação de uma comunidade educativa, o problema da indisciplina deve ser enfrentado através de um enriquecimento da prática educativa.

Neste assunto, o objetivo com as conexões entre o saberes e ou ponto de vistas diversos é dar subsídio a o estudo e a concepção de apoios, do fundamento e das reivindicações do caráter democrático da gestão escolar. Visto que à função específica da escola, no contexto social deste novo período, com suas profundas transformações no mundo do trabalho e na sociedade, a qual se indica como sociedade do conhecimento, e a evolução teórica e prática da educação, exige a ampliação e o aprofundamento do caráter democrático da gestão escolar. Portanto, a busca por um espaço tempo onde a gestão ocorra a partir de um direcionamento no qual o ser humano seja o centro, o verdadeiro construtor de sua história. Uma educação que propicie autonomia das pessoas capazes de compreender uma informação e interagir com a circunstância a partir do convívio democrático.

Para Cury (2005, p. 17, “grifo do autor”) é assim analisada:

A gestão democrática como princípio da educação nacional, presença obrigatória em instituições escolares é a forma não-violenta que faz com que a comunidade educacional se capacite para levar a termo um projeto político-pedagógico de qualidade e possa também gerar ‘cidadãos ativos’

da sociedade como profissionais compromissados e não se ausentem de ações organizadas que questionam a invisibilidade do poder.

É importante enfatizar que a construção da escola democrática e participativa não se faz de um dia para o outro. Não se estabelece, nem se normatiza, mas demanda esforço coletivo. A autonomia, democracia e conhecimento não se inventam, mas se estabelecem gradualmente. Cury (2002) analisa que a gestão democrática da educação é, ao mesmo tempo, transparência e impessoalidade, autonomia e participação, liderança e trabalho coletivo, representatividade e competência, nada mais desafiador diante de tantos termos.

Segundo Bezerra (2001, p. 107), a gestão democrática

[...] requer mais do que simples mudanças nas estruturas organizacionais, exige mudanças de paradigmas que fundamentam a construção de uma proposta educacional e o desenvolvimento de uma gestão diferente para além dos padrões vigentes autoritários, desenvolvidos pelas organizações burocráticas.

A gestão educacional refere-se ao âmbito dos sistemas educacionais; a gestão escolar diz respeito aos estabelecimentos de ensino; a gestão democrática, por sua vez, constitui-se num “eixo transversal”, pode estar presente, ou não, em uma ou outra esfera. É importante destacar os instrumentos maiores de definição da política e da gestão da educação básica presente na Constituição Federal (CF) de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996).

A proposta de superação do paradigma da administração empresarial como fundamento da administração educacional tinha por hipótese a natureza do processo pedagógico de produção escolar, ou seja, a incompatibilidade entre o fundamento capitalista da teoria geral da administração, produzida para mediar o sistema de exploração da força de trabalho e maximizar a extração da mais-valia, e a natureza do método de formação cultural das novas gerações (CÓSSIO; HYPOLITO; LEITE; DALLIGNA, 2010).

A escola enquanto instituição a serviço da sociedade, “[...] tem a obrigação de prestar contas do seu trabalho, explicar o que faz e como conduz a aprendizagem das crianças e criar mecanismos para que a família acompanhe a vida escolar dos filhos” (HEIDRICH, 2009).

Parte do problema da gestão diz ‘respeito ao fato dela se situar na esfera das coisas que têm que ser feitas. E o que tem que ser feito nem sempre agrada as

peessoas. Não dá votos; ao contrário, fere interesses. Desestabiliza que está no comando. Por menores que sejam as modificações almejadas, descontenta as pessoas e o grupo. Mudar não é uma tarefa simples, o que pode ser detectado nas coisas mais elementares: desde a simples mudança de um móvel até a inclusão ou retirada de uma disciplina. Isto para não falar de benefícios corporativos. Para essas pessoas com esse pensamento: afronta, reage, faz corpo mole, desampara o gestor na primeira medida contrário à vontade da maioria. E, gestão se faz em interação com o outro. Por isso, o trabalho de qualquer gestor, professores ou diretores, devem ser através de uma boa conversa e do dialogo.

Do contrário, as melhores idéias também se inviabilizam. O diálogo seja uma ferramenta essencial na aquisição da harmonia necessária à construção das condições políticas, há outros elementos que sustentam este processo. A negociação é outro componente importante desse processo, porque gestão é arena de interesses contraditórios e conflituosos. Nesse sentido, o gestor (diretor, professor) que não é um líder em sua área de atuação poderá se deparar com dificuldades adicionais (VIEIRA, 2007).

Os estudos recentes sobre o sistema escolar e sobre as políticas educacionais têm-se centralizado na escola como unidade principal e como ambiente de cumprimento das metas do sistema escolar. A idéia de ter as escolas como indicador para a formulação e gestão das políticas educacionais, mas adquire importância crescente no planejamento do desenvolvimento educacional estabelecidos pelas atuais transformações do mundo atual. Basicamente, a direção põe em ação o processo de tomada de decisões na organização e coordena os trabalhos, de modo que sejam realizados da melhor maneira possível (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2008). Os autores observam que:

Esses exemplos mostram que todas as ações e ocorrências de uma escola tem caráter eminentemente pedagógico. As escolas são, pois, ambientes formativos, o que significa que as práticas de organização e de gestão educam, isto é, podem criar ou modificar os modos de pensar e agir das pessoas. Por outro lado, também a organização escolar aprende com as pessoas, uma vez que sua estrutura e seus processos de gestão podem ser construídos pelos próprios membros que a compõem. (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2008, p. 296).

É preciso estar claro que o melhoramento das práticas de Gestão, o conhecimento dos professores e os procedimentos democráticos apenas têm

sentido quando abertamente ligado ao avanço das metodologias do ensino e aprendizagem. Deve-se apostar nisso, pois é esse, o fator de maior importância e potência na produção de melhores números na qualidade de ensino. A organização e gestão da escola e a sala de aula conduz ao estabelecimento de difícil conexão com a didática, disciplina que atua a interferência entre a teoria pedagógica e a prática de ensino. A organização e a gestão da escola, ao mesmo tempo em que se põem a serviço dos objetivos educacionais e das práticas formativas do educando, são métodos necessários para alcançar esses objetivos na escola.

De acordo com Libâneo, Oliveira e Toschi (2008, p. 293),

A organização e a gestão constituem o conjunto das condições e dos meios utilizados para assegurar o bom funcionamento da instituição escolar, de modo que alcance os objetivos educacionais esperados. Os termos organização e gestão são frequentemente, associados a ideia de administração, de governo, de provisão de condições de funcionamento de determinada instituição social – família, empresa, escola, órgão público, entidades sindicais, culturais, científicas, etc. para a realização de seus objetivos.

De acordo com Hora (1994) a gestão democrática em escola está intimamente articulada ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos, de classe, dos trabalhadores, explorando as batalhas internas da educação institucionalizadas, e sua solução está condicionada à questão da distribuição e apropriação da riqueza e dos benefícios que transcendem os limites da ação da escola.

A organização e os artifícios de gestão adquirem diversas modalidades, segundo a ponto de vista dos fins sociais e políticas da educação em relação à sociedade e a desenvolvimento dos alunos. Para Gandin (1994, p. 24), “participação é construção em conjunto”. No processo participativo, todos podem expressar sua opinião.

Dessa forma, o grupo docente estará mais comprometido com a tarefa educativa e participante na solução de seus problemas. “Tendo os professores participando ativamente do planejamento escolar, eles estarão comprometidos com ele e, principalmente, organizando suas atividades com base no que foi decidido coletivamente” (PADILHA, 2002, p. 75-76). O gestor escolar e professor são os agentes de transformação e deve assumir o papel de motivador, incentivador e catalisador de ações que liguem a sua escola às outras escolas e a comunidade.

A inquietação com a qualidade de ensino para a formação dos cidadãos determina, além da construção didática – que faz uso de todos os métodos de ensino e de aprendizagem a fim de garantir o sucesso da construção do conhecimento dos alunos - uma estrutura administrativa, adequado que favorecer todos os segmentos que abrangem o trabalho escolar: sala de aula, biblioteca, oficinas, refeitório, secretaria, supervisão, coordenação, direção. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (1996, p. 27) no seu artigo 2º, a finalidade da educação é a de promover: “[...] o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho”. Portanto, cabe à escola cumprir sua função. Através da mediação de profissionais capacitados para atuarem na área da educação.

Vale destacar que esse aparato legal favoreceu a educação, pois esta nem sempre foi vista desse modo. De acordo com Lück (2005), o movimento a favor da democratização da gestão das escolas públicas, teve seu início a partir dos anos 80, por meio da participação da comunidade escolar para a escolha do gestor, da criação de conselhos escolares com autoridade e poder de decisão e também do repasse de verbas financeiras, atribuindo, assim, à escola, maior autonomia interna.

De acordo com Lück, a gestão educacional consiste no:

[...] processo de gerir a dinâmica do sistema e ensino como um todo e de coordenação das escolas em específico, afinado com as diretrizes e políticas educacionais públicas, para a implementação das políticas educacionais e projetos pedagógicos das escolas, comprometido com os princípios da democracia e com métodos que organizem e criem condições para um ambiente educacional autônomo (soluções próprias, no âmbito de suas competências) de participação e compartilhamento (tomada conjunta de decisões e efetivação de resultados), autocontrole (acompanhamento e avaliação com retorno de informações) e transparência (demonstração pública de seus processos e resultados). (LÜCK, 2008, p. 35).

Assim posto por Lück (2008), os profissionais da Educação, em especial, o gestor e sua equipe de apoio (administrativa, pedagógica e financeira), devem compreender a gestão da escola como um todo articulado, ou seja, todas as partes se completam e trabalham de modo interligado, mantendo o diálogo, a reciprocidade, a troca de idéias, a participação, a transparência e a avaliação permanente: no intuito de repensarem, constantemente, o espaço de aprendizagem, percorrendo os mesmos objetivos e pretendendo, em qualquer instância, garantir bons resultados, quanto ao sucesso permanente da aprendizagem dos educando.

Como Gestão Democrática, entende-se:

[...] a participação efetiva dos vários segmentos da comunidade escolar, pais, professores, estudantes e funcionários na organização, na construção e na avaliação dos projetos pedagógicos, na administração dos recursos da escola, enfim, nos processos decisórios. (OLIVEIRA: MORAES: DOURADO, 2007, p. 4).

A partir desse conceito, procurou-se tornar as escolas um espaço de maior relacionamento e informação de todas as partes, nas diversas áreas existentes dentro da escola. Cada componente da comunidade passou a ter a chance de contribuir com o seu potencial e com o que tivesse ao seu alcance, tendo em mente, que todo e qualquer ato deve levar à promoção do sucesso do aluno e que uma escola só é realmente democrática, quando envolve todos envolvidos no ambiente escolar.

Desse modo, todos trabalham em e prol do coletivo, por um objetivo comum, igualmente todos passam a se sentir responsáveis, pelo avanço da qualidade do processo educacional. Percebe-se, então, que são inúmeros os desafios do gestor, na finalidade de inovar e exercer, com garantia e responsabilidade, o seu papel de gestor líder. Portanto, entende-se que cada escola deve conquistar certa autonomia diante do governo, considerando as especificidades e as peculiaridades da instituição: sua localidade, suas necessidades, anseios e desejos da comunidade em que a escola está inserida. A partir dessa realidade, o diretor – juntamente com o coletivo – pode tomar as devidas resoluções e providências: buscando, através da prática, modificações que gerem contentamento na sociedade, por meio do progresso da qualidade do ensino e, por sua vez, a esperada formação de cidadãos éticos, responsáveis e envolvidos.

Conforme se encontra no início da proposta, o RCNEI (1998a, p.13) traz:

[...] referências e orientações pedagógicas que visam contribuir a implementação de práticas educacionais de qualidades que possam promover e ampliar as condições necessárias para o exercício da cidadania das crianças brasileiras.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96, põe em questão a construção do Projeto, no sentido de reconhecer a capacidade da escola de planejar e organizar sua ação política e pedagógica a partir da gestão participativa em todos os segmentos da comunidade escolar (corpo técnico administrativo, docentes,

alunos, pais e comunidade), num processo dinâmico e articulado. Brito (1997, p. 112), assim se refere a essa questão:

O artigo 12 da Lei 9394/96 define a incumbência dos estabelecimentos de ensino, dentre elas elaborar e executar sua proposta pedagógica. O artigo 14 trata da gestão democrática do ensino público na educação básica, incluindo a participação de profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Percebe-se, desse modo, que os mecanismos de participação proporcionam uma maior integração dos interessados nas questões pedagógicas, a fim de auxiliar na elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, assim como nas adaptações do PPP que, ano a ano, são indispensáveis, uma vez que esse documento precisa estar sempre atualizado, pelo fato de ser o eixo norteador da instituição.

Sobre a relevância do Projeto Político Pedagógico na escola, Lück ressalta:

De importante destaque à participação na escola é a elaboração do projeto pedagógico, que se constitui em uma abordagem sistêmica de orientação e coordenação do processo educacional, mediante ação conjunta, articulada, unitária e consistente da comunidade escolar, dirigida a promoção de resultados significativos na formação dos alunos. Sem uma orientação participativa compartilhada desde a fase da elaboração, capaz de construir a clareza do ideário e das necessárias ações educacionais, o projeto pedagógico se transforma em um simples documento formal, deixando de ser o que deveria: um verdadeiro mapa de viagem a ser consultado continuamente para se chegar aonde se pretende. (2006, p. 88-89).

A construção de um projeto Político Pedagógico não é trabalho fácil, uma vez que não há receitas prontas. A escola – em parceria com todos os seus segmentos - precisam descobrir seu tempo e seu espaço, para esquematizar o seu caminho, com métodos que beneficiem a discussão coletiva e a elaboração de projetos comuns, metas e prazos; observando prioridades, possibilidades, limites e probabilidades.

Portanto é construído por diferentes pessoas, o Projeto Político Pedagógico precisa ser o cartão postal da escola, demarcar onde a escola está e onde deseja chegar; procurando reduzir essa distância por meio de ações efetivas e coletivas, que indiquem um mesmo rumo social e educacional; levando em consideração, sempre, “o alvo” fim da escola, que é o educando. Com certeza, a participação é de fator necessário para que a gestão democrática aconteça. Por isso, para que o

gestor consiga ampliar, na escola, as competências da ação participativa, efetivamente.

A aprendizagem na escola deve ser integral procurando a construção da autonomia intelectual do aluno, desenvolvendo o raciocínio e a agilidade de tomada de determinações e percebendo o que é mais justo para cada uma das pessoas diretamente envolvida em seu dia-a-dia ou para a sociedade.

O PPP norteia a escola para que a mesma desenvolva um ensino de qualidade, que busca formar cidadãos competentes e capazes de interferir criticamente na realidade social e transformá-la. Nos Parâmetros Curriculares Nacionais, Introdução (2001, p. 45), encontra-se a seguinte informação:

[...] se concebe a educação escolar como uma prática que tem possibilidade de criar condições para que todos os alunos desenvolvam suas capacidades e aprendam os conteúdos necessários pra construir instrumentos de compreensão em relações sociais, políticas e culturais diversificadas e cada vez mais amplas, condições estas fundamentais para o exercício da cidadania na construção de uma sociedade democrática e não exclusiva.

Gandin (2006) ressalta que o “PPP” deve ser construído de modo coletivo e participativo, evidenciando-se, desse modo, a democracia. Deve buscar, em sua elaboração e prática, definir os rumos e as opções da escola, procurando permanentemente, através das ações de todos os envolvidos, maior qualidade para o ensino. O ideal é que todos trabalhem em prol de uma mesma meta social e educacional, onde o foco maior desse processo seja sempre o bem-estar do educando e a garantia do processo de ensino- aprendizagem. Conforme Heidrich (2009), no PPP, já devem estar previstas formas de integrar a escola e a família, bem como suas possíveis contribuições, valorizando a comunidade e estabelecendo ou fortificando vínculos.

De acordo com Padilha (2002) nos momentos coletivos de reflexão e de reestruturação do PPP e em todos os demais que a escola oportuniza o diálogo, a troca, a interação com a comunidade, é necessária que os profissionais da educação estejam preparados para receberem críticas da comunidade escolar e aceitá-las com respeito, pois com uma diversidade tão vasta na escola, nem sempre será possível contemplar a todos. Considerando essa situação, é necessário que a família, os educandos e, em especial, os educadores saibam considerar os aspectos legais, formais, pedagógicos, financeiros, a filosofia da escola, seus

objetivos e reais necessidades, para a viabilização das sugestões lançadas, sem jamais prejudicar os alunos.

Deste modo, a família deve ter mais envolvimento com a instituição escolar requer organização e planejamento por parte da equipe de profissionais da escola, já prevenindo no PPP, inúmeros formatos que convidam os pais e os alunos a cooperarem com a instituição, com encanto e disponibilidade. Nesse sentido, a cada reformulação coletiva do PPP da unidade de ensino, táticas de fato que devem procurar e serem mantidas e já as que não tiverem o resultado aguardado, precisam ser repensadas, reelaboradas e até mesmo substituídas.

O PPP deve ser construído com o envolvimento de todos, com a finalidade em aperfeiçoar a prática pedagógica e melhorar a gestão democrática. A clareza de “o que fazer e o porquê fazer” nos servem de base para a inovação e aperfeiçoamento, pois as idéias não estão situadas apenas em um pensamento e sim em diversos, sendo que todas as pessoas envolvidas se sentem presentes ao resolverem os aspectos de avanços e naqueles que necessitam ser revistos. Todos juntos determinam quais os métodos a serem atingidos em tais casos, onde necessitam serem revistas ações da escola, assim todos se sentiram agentes na prática da autonomia escolar e na construção de uma gestão democrática. Gadotti (2002, p. 35) afirma que:

A escola deve formar para a cidadania e, para isso, ela deve dar exemplo. A gestão democrática da escola é um passo importante no aprendizado da democracia. A escola não tem um fim em si mesma. Ela está a serviço da comunidade. Nisso, a gestão democrática da escola esta prestando um serviço também à comunidade que a mantém.

A construção do PPP partiu dos princípios de igualdade, qualidade, liberdade e gestão democrática; sendo assim, segundo esses princípios fazem-se indispensável compreensão e avaliação e a coordenação do trabalho pedagógico. É preciso determinar coletivamente o que se quer mudar dentro do ambiente escolar e planejar as finalidades para alcançar a cidadania.

Conseqüentemente o PPP da escola como uma reflexão de seu cotidiano, assim para a sua concretização é preciso à continuação de suas ações coletivas, pois penso que a missão da escola é preparar o aluno, proporcionando para que se torne um cidadão consciente frente aos desafios e transformação da sociedade. Por

meio da construção coletiva do PPP pode se compreender com mais facilidade as necessidades da escola e trabalhar com a finalidade de saná-las.

Devemos compreender que cada escola é única e tem uma realidade de diferenças que a compõem, por isso necessitamos pensar na construção do PPP, tendo em reflexão esta heterogeneidade cultural. Com isso a escola necessita pensar suas práticas pedagógicas e outras práticas relacionadas à sua autonomia e coletivamente estabelecer o seu próprio PPP.

Veiga (1998, p.15) entende que:

Para que a construção do projeto político-pedagógico seja possível não é necessário convencer os professores, a equipe escolar e os funcionários a trabalhar mais, ou mobilizá-los de forma espontânea, mas propiciar situações que lhes permitam aprender a pensar e a realizar o fazer pedagógico de forma coerente.

A respeito disso, Paro (2005) ressalta sobre a importância de que todas as atividades da escola sejam avaliadas, permanentemente, a fim de garantir a qualidade do ensino oferecido aos educandos.

Nesses termos, percebe-se que a palavra-chave do trabalho da escola, enquanto instituição democrática é a “cooperação entre os pares”, a qual ocorre por meio da partilha de todos os desempenhos, anseios, necessidades, dúvidas, projetos, por fim, decisões em prol de um projeto comum, que é o de beneficiar o aluno, garantir o seu sucesso, no processo de ensino e de aprendizagem formal, proporcionado pela escola.

Cabe destacar que, cada vez mais, a participação efetiva dos pais e a participação de todos os envolvidos com a educação se fazem indispensáveis, pois é dessa maneira que se configura um ambiente democrático e participativo.

Deste modo, cabe à escola tornar-se um dos agentes de transformação social e organizar um espaço democrático, garantir aos alunos o direito de usufruir da construção do seu conhecimento, proporcionando aos seus professores uma educação contínua no significado de se sentirem envolvidos com a qualidade da educação. Nesse sentido, Gadotti (1977, p. 38) afirma:

A gestão democrática pode melhorar e é específico da escola, isto é, o seu ensino. A participação na gestão da escola proporcionará um melhor conhecimento do funcionamento da escola e de todos os seus atores; proporcionará um contato permanente entre professores e alunos, o que leva ao conhecimento mútuo e, em consequência aproximará também as necessidades dos alunos dos conteúdos ensinados pelos professores.

Nessa construção democrática é indispensável modificar componentes pedagógicos, o que sugere alteração dos objetivos da escola, constituído o que se almeja alcançar, deixando clara a sua intencionalidade, no tipo de formação que se espera para seus alunos, levando-se em conta os valores, atitude e manifestações culturais. Portanto, alguns desses elementos pedagógicos destacam-se como principais na condução do processo educativo e necessitam ser pensados pelos componentes da escola de maneira que se configurem aberta e coerentemente com a proposta pedagógica que se faz.

O currículo, um dos fundamentais elementos da construção escolar, refere á composição do conhecimento escolar. Refletir o currículo na elaboração do Projeto Político Pedagógico é pensar no tipo de organização que a escola espera tomar e aplicar. Veiga chama a atenção (1997, p. 27), para o fato de que no momento atual, há que se pensar “em novas formas de organização curricular em que o conhecimento escolar estabeleça uma relação aberta e interrelacione-se em torno de uma idéia geradora”; e, por último, o conhecimento, o que implica transformar os saberes que alunos e professores têm. Construindo juntos novos conhecimentos, alcançando o que Delors (1999, p. 90) define como “aprendizagens fundamentais que ao longo de toda a vida, serão de algum modo para cada individuo, os pilares do conhecimento: aprender a conhecer aprender a fazer, a aprender a viver e aprender a ser”.

A escola necessita se adaptar-se a realidade social de seus componentes, buscando por meio da ação organizada e participação é uma forma de organização, que sustente os seus objetivos, a sua intencionalidade. Desse modo, poderá estabelecer uma escola democrática, onde as decisões são adotadas no coletivo, superando de tal modo os grandes conflitos, eliminando relações rivais, corporativas e arrogantes, enfraquecendo a fragmentação do trabalho. É, com certeza, a forma mais duradoura de se administrar o procedimento educativo.

A gestão democrática é concretizada, principalmente, em sala de aula onde o Projeto Político Pedagógico se concretiza e é posto em ação, como menciona Ferreira:

[...] fazendo-se em ação na sala de aula, por conter “*gérmen*” o espírito e conteúdo do projeto político pedagógico que expressa os compromissos e o norte da escola por meio da gestão de ensino, da gestão da classe, da

gestão das relações, da gestão do processo de aquisição do conhecimento. (FERREIRA, 2006, p. 1348).

Percebe-se, então, que a gestão democrática vai além do processo administrativo e burocrático, estendendo-se a horizontes maiores onde a participação, o compromisso e o diálogo a respeito dos problemas, objetivos e resultados das decisões adotadas permeiam o cotidiano escolar.

A realização dos princípios da gestão democrática acontece quando se envolve por meio da participação, da inclusão e comprometimento com o Projeto Político Pedagógico constituído onde está exercendo o direito à cidadania, no coletivo, as pessoas se responsabilizam pelo que se faz, e o que necessita ser feito, e assim contribuirá para a formação do cidadão responsável e do mesmo modo repensar as construções do poder autoritário, pois vivemos em nossa sociedade capitalista onde a escola foi colocada em benefício dos negócios do mercado.

Aquino (2003, p. 34) nos remete a pensar sobre as mudanças ocorridas na escola por meio da sua descaracterização, onde passam a ser atribuídas aos professores várias incumbências “em vez de educadores, convertem-se eles a pregadores dos bons costumes e/ou fiscalizadores da conduta alheia; e a sala de aula se vê transmutada em um grande reformatório dos hábitos inadequados do alunado e, especialmente, da ‘má índole’ de alguns.”

Professores e pedagogos devem se juntar-se, para que, unidos num processo dialético, se aproximem de providências que, pelo menos, amenizem as manifestações de indisciplina e outros problemas que por acaso tenham dentro da escola.

O grande desafio da gestão democrática é implantação de PPP, que deve ter como meta o desejo de construir uma escola, que adote o diálogo, a participação e a solidariedade como princípios fundamentais de sua proposta de trabalho, que tenha a atrevimento de assumir a utopia da transformação.

Para Paulo Freire (1997), um projeto de escola que busque a formação da cidadania precisa ter como objetivos: tratar todos os indivíduos com dignidade, com respeito à divergência, valorizando o que cada um tem de bom; fazer com que a escola se torne mais atualizada para que os alunos gostem dela; e, ainda, garantir espaço para a construção de conhecimentos científicos significativos, que contribuam para uma análise crítica da realidade.

Cabe destacar que, cada vez mais, a participação efetiva dos pais e a colaboração de todos os envolvidos com a educação se fazem necessárias, pois é dessa maneira que se configura um espaço democrático e participativo.

3 CONTEXTO DE PESQUISA: A ESCOLA RAINHA DOS APÓSTOLOS DE VARZEA GRANDE E SEU PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO.

Esta parte visa a descrever e problematizar a temática da indisciplina na educação infantil em uma realidade escolar específica, no caso, no contexto da Escola Municipal Rainha dos Apóstolos. Para isso, utilizou análise do Projeto Pedagógico, uso de questionários e observação empírica.

A escola tem 8 sala: sala de professores, secretária, biblioteca, videoteca e Tele centro comunitário. Na escola há 6 banheiros para professores alunos e funcionários. A escola também possui uma cozinha equipadas onde são servidos diversos lanches e almoço, um refeitório com equipamentos adequado , três áreas, uma pracinha (construída com verba do CPM e da Prefeitura Municipal) , uma quadra de esporte coberta de areia, uma quadra de vôlei área livre, campo de futebol, horta e um pátio.

O quadro de funcionários da escola é formado pela diretora, dezoito professores, duas professora na hora atividade, uma monitora de informática cinco auxiliares de serviço gerais, onde as mesmas preparam alimentação da escola e também a limpeza. As turmas são divididas em, Pré A – escolar /9º ano totalizando 145 alunos ao todos, sendo que na Educação Infantil são duas turmas Pré - A está é composta de oito alunos, sendo três meninas e cinco meninos, já turma do Pré - B é composta de trezes alunos, sendo cinco meninas e oito meninos, todo oriundo município de Lagoa Bonita do Sul. Devido ao transporte escolar que facilita o acesso à nossa escola, os alunos provêm de várias localidades do município. Gerando assim uma grande diversidade cultural.

A escola está localizada a 10 km da sede, na localidade de Várzea Grande. A localidade tem mais ou menos 100 famílias; 95% dependem da renda do fumo, os demais produtos são plantados só para o consumo. Criam também animais para a subsistência. Cerca de 60% são proprietários e 40% são arrendatários (filhos que plantam nas terras dos pais e sócios).

Há um crescimento no nível educacional dos habitantes da localidade estendendo-se ao Ensino Médio e em alguns casos ao Ensino Superior. A religião predominante é a católica, mas tem pessoas de outras religião e crenças. O

comércio é fraco (temos só uma casa comercial) e não atende às necessidades dos que lá residem. Graças aos avanços tecnológicos e os incentivos do governo, as pessoas de Várzea Grande tem acesso a telefone e a internet através do Tele centro Comunitário. Para lazer tem poucas alternativas como: uma capela, um salão comunitário (construído pela capela, clube de mães e escola), onde as pessoas se reúnem nos fins de semana para participar de encontros, jogos e festas promovidas pelas entidades locais. O CPM da escola é bem atuante e a comunidade é unida.

A escola deseja construir cidadania, através de uma educação de qualidade com base no desenvolvimento social e político, preparando o educando para mudanças constantes em que vivemos na busca de Autorrealização.

A educação, dever da família e do estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

O objetivo da escola é de observar o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físicos, psicológico, intelectual e social completando a ação da família e da comunidade.

Envolver simultaneamente dois processos complementares e indissociáveis: educar e cuidar. A criança desta faixa etária tem necessidades de atenção, carinho e segurança para sentirem-se valorizadas á construção do conhecimento.

Assegurar infraestrutura necessária para o trabalho pedagógico de qualidade, desde a construção física até os espaços de recreação e ludicidade á adequação equipamentos e horários compatíveis.

Oportunizar a inclusão de alunos portadores de necessidades especiais assegurando-lhes o pleno desenvolvimento físico, psicológico, intelectual e social.

O Projeto Político Pedagógico da escola buscará orientar e mostrar caminhos para construção da cidadania das crianças em idade de educação Infantil, o referido Projeto estará sempre em construção, sendo acompanhado passa a passo pela comunidade escolar num processo contínuo de avaliação e replanejamento e, participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminha. É um instrumento teórico-metodológico para a intervenção e mudança da realidade.

A elaboração do Projeto Político Pedagógico aconteceu no ano de 2010 pela equipe da Secretaria Municipal de educação e Coordenação Pedagógica do

município de Lagoa Bonita do sul, na ocasião não houve a participação da comunidade, estudantes, houve o envolvimento de poucos professores que trabalhavam na Equipe da Secretaria de Educação naquele momento, eles foram os principais agentes na elaboração e na liberação do processo.

4 RESULTADOS – ANÁLISE DE DADOS

Nesse capítulo, primeiramente aborda-se a análise das respostas do questionário com seis perguntas realizado com os 10(Dez) professores das Escolas A, B, da rede municipal de Lagoa Bonita do Sul, RS. Em seguida, apresenta-se a análise das respostas do questionário realizado com os gestores dessas escolas. A organização deste capítulo, em seis seções, refere-se à ordem e ao número em que as questões foram apresentadas aos sujeitos investigados. Os resultados demonstram a diferença de posicionamentos em relação à indisciplina na educação infantil, acabando por demonstrar a necessidade de se discutir o tema sob o viés da gestão escolar.

4.1 Entrevistas com Professores de Educação Infantil das escolas A, B, da rede Municipal de Ensino de Lagoa Bonita do Sul-RS.

Questão 1: O que é indisciplina?

Nos dias atuais, observamos que nossos alunos se apresentam hiperativas, com linguagem agressiva, rebeldes e indisciplinadas. Percebe-se, através das respostas, a preocupação dos professores sobre essa realidade, pois estes fatores terminam influenciando no processo ensino- aprendizagem e até mesmo na formação cidadã das crianças, conforme se discutiu no referencial teórico deste trabalho. Porém, vale observar que existem diferentes concepções sobre o que seja indisciplina.

Uma das entrevistadas relatou que a indisciplina é um comportamento ou até mesmo uma omissão em que o aluno contraria alguns princípios do regulamento interno ou regras básicas que fatos são estabelecidos pela escola ou pelo professor em sala de aula. (PROF DA ESCOLA A).

Outra professora considera que a indisciplina faz parte do processo de desenvolvimento, a criança pequena não age por indisciplina. Evidentemente

existem exceções muitas vezes a criança está “aprontando” porque, nas aulas, há muita espera de atividades, em que o professor tem que, muitas vezes, atender outras crianças, e esta criança que é mais ativa não consegue esperar e reage o que, para os olhos do adulto, é entendido como indisciplina. (PROF DA ESCOLA B).

Questão 2: O que caracteriza a indisciplina em crianças pequenas? Ou na Educação Infantil?

A indisciplina dos alunos, assim como agitação das salas de aulas, tem deixado cada vez mais os professores preocupados e muitas vezes nos perguntamos: “O que fazer?”. Para intervirmos de forma correta, é preciso compreender o que é indisciplina, e se o comportamento é uma atitude de indisciplina ou uma atitude própria do desenvolvimento infantil, o que se pode observar nos argumentos dos professores.

Uma professora considera que “as manifestações de indisciplina, muitas vezes, podem ser vistas como uma forma de mostrar para o mundo, mostrar sua existência. Em muitos casos, o indivíduo tem somente a intenção de ser ouvida por alguém. Então, para muitos alunos considerados indisciplinados, a rebeldia é uma forma de expressão. Outro aspecto de grande relevância é a família”. (PROF ESCOLA A).

Outra professora relata que é caracterizada pela insatisfação muitas vezes, que a criança traz de casa, entre outros fatores. O aluno torna-se agressivo, desobediente, tem dificuldade de adaptação à vida coletiva e obedecer às normas estabelecida pela escola. (PROF ESCOLA B).

Questão 3: Quais as manifestações de indisciplina em crianças de 3, 4 e 5 anos de idade?

A maioria das crianças em idade de Educação Infantil não consegue se expressar verbalmente e, às vezes, em gestos: batem nos colegas, beliscam, mordem, choram e gritam. Desse modo, isso significa que nesta relação o professor precisa compreender que a identidade da criança, por exemplo, vai se organizando

através das experiências de aprendizagem e interação social que ela encontra no espaço escolar.

É nessa etapa que, a criança da início de seu desenvolvimento social e já experimenta alguns desafios de convivência dentro da coletividade e da vida escolar, ela vai ter noções de disciplina, particularmente através da relação com os adultos é neste processo que iremos observar o surgimento de atos de indisciplina, é neste momento que o professor deve realizar uma leitura do que está sendo comunicado pela criança.

A professora relata que a indisciplina em sala de aula pode ser observada através da conduta dos alunos nas diversas atividades pedagógicas, brincadeiras recreativas, atividades em grupos, de pinturas, nos processos de socialização e relacionamentos que os alunos manifestam na escola, a relação com os colegas de outras salas, e com nós professores. Falar junto com o professor, brigar em sala de aula, fazer bagunça não realizar as tarefas escolares, movimentar-se, gritar, falar alto, responder ao professor, merendeiras ou ainda empurrar alguns alunos são outros exemplos. (PROF DA ESCOLA A).

Outro posicionamento diferenciado é que “as manifestação são atitudes principalmente em casa, pois na escola, acredito que ainda respeitam, mas as normas. Manifestações como desobediência, agressividade, falta de respeito aos pais. (PROF DA ESCOLA B).

Questão 4 : Que ações já assumidas pelos professores para resolver o problema da indisciplina na Educação Infantil?

A professora relatou que, primeiramente, o professor deve identificar os motivos da indisciplina e deve ser procurar estabelecer regras claras, que sejam fáceis compreendidas pelos alunos. É determinando uma sanção para a quebra das mesmas e uma recompensa para o cumprimento. Procura-se deixar claro que o que é errado é o comportamento, não o aluno. O professor procura reconhecer os

sentimentos de seus alunos, tendo uma conversa amigável com o eles. (PROF DA ESCOLA A).

Outra opinião é que “o professor deve deixar claro que é autoridade em sala de aula, e as regras precisam ser cumpridas. O educador deve usar didática, sempre com afetividade, principalmente na educação infantil”. (PROF DA ESCOLA B).

Pensa-se que na sala de aula, ou em qualquer ambiente onde haja aprendizagem, a autoridade não pode ser confundida com autoritarismo, como relata Paulo Freire na obra “Pedagogia da Autonomia”. Estabelecer limites para as crianças não significa mostrar “quem manda”, mas sim prepará-los para a vida. É possível ter autoridade sem castigar. Trata-se, então, de ensinar as crianças a serem responsáveis e aprenderem a conviver harmônica e solidariamente em sociedade.

Questão 5: Quais alternativas têm a escola frente o problema?

Em um caso apresentado, a escola busca o diálogo com os alunos, professores e a família, pois através desse procedimento educativo fluem boas respostas a respeito do problema apresentando dentro do âmbito educacional e há uma troca de conhecimentos, para ajudar a reverter este quadro, com atividades recreativas que incentivem os educadores, direcionando-os a atividades em grupos, ao trabalho em equipe, para que estes aprendem a desenvolver cognitivamente o respeito pelo próximo. Apresenta um quadro amigável, dialogado, democrático e um currículo integrado, baseado em seus interesses e suas vivências. (PROF DA ESCOLA A).

Nesse contexto, não temos condições de oferecer uma receita de passos para serem dados para acabarmos com o problema da indisciplina em nossas escolas, mas apenas acreditamos ter contribuído para que essa questão seja mais bem refletida e discutida entre os envolvidos.

A principal atitude a ser tomada pela a escola é o diálogo com os pais, organizar reuniões e colocar para todos o que está acontecendo dentro da escola e pedir aos pais para que conversem com seus filhos. (PROF DA ESCOLA B).

A escola busca se aproximar das famílias, mas não é algo fácil, mas necessário, para que os objetivos da escola sejam alcançados. Muitas vezes criticamos a não participação dos pais nas reuniões, da falta de limites das crianças, mas não criamos espaços na escola, para que esses familiares participem realmente por meio do diálogo. O que acontece são reuniões bimestrais, semestrais para entrega de boletins, como se isso fosse suficiente.

Questão: 6 Que resultados são evidenciados após a iniciativa tomada?

Relata-se que é observado que os alunos conseguem através dessas iniciativas tomadas uma grande melhora em sua maneira de se relacionar ficaram mais dóceis, mudaram muito o comportamento com os colegas, não batem mais, não mordem, escutam mais a professora. Mas há casos mais difíceis, que precisam um maior engajamento por parte do professor e de toda a equipe pedagógica da escola, juntamente com a família para obter um maior sucesso. (PROF DA ESCOLA A).

Com o apoio dos pais, a questão da indisciplina terá mais êxito e sucesso. A linguagem do professor precisa ser a mesma. Sempre algumas alternativas darão resultados, pois tentamos utilizar técnicas diferentes com alunos diferentes, o porquê cada um tem um jeito de ser. (PROF DA ESCOLA B).

Através das análises, os resultados demonstram que a indisciplina na educação infantil deve ser encarada através do trabalho em equipe, em que escola, professores, alunos e família andem juntos, só assim serão obtidos bons resultados e se solucionar alguns dos problemas que se colocam para a escola e para a sociedade em geral. Isso demonstra a necessidade de se discutir o tema sob o viés da gestão escolar democrática, como se esperava neste estudo. Espera-se que este

trabalho possa colaborar na discussão sobre este tema tão importante para o desenvolvimento das crianças em cidadãos responsáveis e solidários.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema abordado neste trabalho é muito amplo, no entanto, conclui-se que se pode suavizar a indisciplina nas salas de aula e com isto aperfeiçoar as condições de aprendizado dos alunos neste nível de ensino, desde que sejam adotadas algumas medidas em relação à escola e o ambiente sócio-familiar que o cerca, portanto no viés da gestão democrática em que toda comunidade escolar participe.

A escola deve proporcionar ao aluno a vontade de aprender e colocar em movimento toda a sua organização, desde a sua direção até seus funcionários para que isso aconteça. Além disso, há necessidade de algumas mudanças, fazendo com que o professor interaja mais com seu aluno em sala de aula, para que possam analisar as reais necessidades de cada turma. Do mesmo modo, podemos destacar a importância de orientação psicológica dentro da escola. Há ainda um compromisso de a escola interagir com a família do aluno, tornando-se participativo no meio familiar, e conhecendo a realidade dos seus alunos.

Segundo José e Coelho (1991, p. 210).

Muitas das funções educacionais da família vêm sendo delegadas à escola, devido às alterações que ocorrem em nossa sociedade. O trabalho da mulher fora do lar, deixando a educação dos filhos bem antes dos 7 anos a cargo da escola, foi o fator decisivo de uma sobrecarga de responsabilidade para o professor.

Portanto, não é o aluno o maior gerador da indisciplina, a escola é o fundamental causador da indisciplina devido à forma que os gestores idealizam a ordem na sala de aula. Para que haja um aprendizado significativo e a disciplina, as escolas devem adotar para si a responsabilidade de aproximar o aluno a vontade de aprender, fazendo com que suas manifestações para a indisciplina sejam exaltadas para a disciplina e a anseio de aprender.

De acordo com que foi verificado nesta pesquisa convém explicar que realmente a indisciplina tem ligações diretas com a ausência de limites a regras apresentadas pelos pais em casa. Os atos indisciplinados dentro dos lares reflete espontaneamente na sala de aula e na escola.

Se por um lado a o padrão neoliberal estabelece formas de gestão mais eficiente, por outro se torna essencial que nós, educadores procurem as formas

mais independentes e democráticas de atendimento as crianças da Educação Infantil. Portanto, faz-se necessário criar regras juntamente com todos os alunos e professores para serem exercidas, e as que não forem respeitadas, o professor deve estabelecer um diálogo para saber o porquê e adaptá-las. Não é apenas o professor que deve estar preocupado na boa disciplina, mas toda a escola e igualmente a família, pois é na sala de aula que se tem a base para a construção de futuros cidadãos com personalidade, os quais vão aprender a lidar com seus impulsos que necessitam de correção desde a infância para um bom convívio social.

A importância de refletir a indisciplina na Educação Infantil abre a possibilidade de expandir a investigação e o estudo sobre esse tema, a fim de garantir a devido significado do conceito e a identificação apropriada de suas manifestações, bem como, impedir que essa forma de agir indisciplinado nesta faixa etária se configure como um problema de maior gravidade quando essa criança crescer e estiver no Ensino Fundamental ou Médio.

A sugestão desta discussão é, exatamente, valorizar o momento de desenvolvimento, de formação, de construção em que a criança da Educação Infantil se encontra e promover questionamentos, reflexões e métodos que tentem influenciar e promover o processo de constituição de sua personalidade, de seu caráter, de sua moralidade nessa etapa da educação e no próprio espaço escolar. É tentar fazer algo por esta criança, desde o início de sua escolarização, desde o começo de seu convívio social, de seu desenvolvimento moral.

A escola é uma instituição que tem por exigência o desenvolvimento das competências educacionais e humanas, visando à formação integral do sujeito, para que este seja capaz de atuar na sociedade, de modo participativo e crítico. Para que essas ações possam se concretizar, necessita-se de gestores abertos ao diálogo e de professores conscientes de seu papel de educador, o que somente se concretiza por meio do trabalho em equipe, portanto na perspectiva da gestão democrática.

Esse exercício de democracia precisa ser instalado e estimulado pelo gestor, professores, diretores e por toda a sua equipe, fundamentado em princípios colaborativos, de respeito às relações humanas entre os pares envolvidos no processo educacional, trabalhando de forma democrática, decidindo coletivamente, motivando os professores e buscando tempos e espaços para a integração e, colaboração e troca entre os mesmos.

Analisando a importância desse assunto, espera-se que gestores e educadores procurem mudar essa realidade de indiferença e naturalização da indisciplina na educação infantil. Porém, para que isto ocorra, é indispensável que todos se desacomodem, é preciso a tomada de decisão por parte dos gestores municipais e a participação ativa dos educadores e estudos sistemáticos, como o pretendido nesta monografia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AQUINO, J. (Org). **Indisciplina na escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1996.

_____. **Autoridade e autonomia na escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1999.

_____. **Indisciplina na escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1996.

_____. **Indisciplina**: o contraponto das escolas democráticas. São Paulo: Moderna, 2003.

ARAÚJO, U. F. de. **Moralidade e indisciplina**: uma leitura possível a partir do referencial piagetiano. Indisciplina na escola. São Paulo: Summus, 1996.

BEZERRA, A. A. A Gestão escolar numa perspectiva democrática. **Revista Amazônica**, ano 6, v. 2, p. 101-111, 2001, Manaus: EDUA.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9.394, de 20 dez 1996.

_____. **Professor da pré-escola**. v. I, 1995.

_____. **Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil**: introdução. Brasília: MEC/ SEF, 1998 a. v.1.

_____. **Referencia Curricular Nacional** para Educação Infantil. Brasília, DF: MEC, 2006.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Introdução. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 2001.

CURY, C. R. J. Gestão democrática dos sistemas públicos de ensino. In: OLIVEIRA, Maria Auxiliadora M. **Gestão educacional**: novos olhares, novas abordagens. Petrópolis (RJ): Vozes, 2005.

ESTRELA, M. T. **Relação pedagógica, disciplina e indisciplina na aula**. São Paulo: Porto, 1992.

FERREIRA, N. S. C. F. **Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogia no Brasil**: A Gestão Democrática da Educação com *Gérmens* da Formação. In: Educ. Soc. Campinas. v. 27, n. 97, p. 1341-1358, set/dez. 2006. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: set. 2014.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

_____. **Pedagogia da autonomia, saberes necessários à prática educativa**. 13. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999.

_____. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997b.

GADOTTI, M.; ROMAO, J. E. **Autonomia da Escola: Princípios e Propostas**. 5. ed. (Guia da escola cidadã, v.1). São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2002.

GARCIA, J. Indisciplina na escola: uma reflexão sobre a dimensão preventiva. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 95, p. 101-108, jan./abr.1999.

GARCIA, J. **A indisciplina e seus impactos no currículo escolar**. *Revista Nova Escola*, São Paulo, ano. XXVIII, n. 261, p. 95-97, abr. 2013.

_____. Entrevista. *Revista Direcional Educador*, São Paulo, n. 68, p.1-6, set. 2010. Disponível em: <<http://www.direcionaleducador.com.br/artogos/entrevista-Joe-Garcia>> Acesso em: 08 out. 2011.

JOSE, E. da A.; Coelho, M. T. **Problema de aprendizagem**. 3. ed. SÃO PAULO: Ática, 1991.

LUCK, H. **Gestão educacional: uma questão paradigmática**. v. 1. Petrópolis: Vozes, 2006.

PERRENOUD, F. **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Editora Artmed, 2002.

REGO, T. C. R. A indisciplina e o processo educativo: uma análise na perspectiva Vygotskiana. São Paulo: Atlas, 1996. In.: AQUINO. Julio Groppa (Org.) **Indisciplina na escola: Alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1996.

_____. A cultura torna-se parte da natureza humana. In: **VYGOTSKY: uma perspectiva histórico-cultural da educação**. 12. ed. (Educação e conhecimento) Rio de Janeiro: Petrópolis, 2001.

ROSSINI, M. A. S. **Pedagogia Afetiva**. 4. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

TIBA, I. **Disciplina, Limite na Medida Certa**. 38. ed. São Paulo: Gente 1996.

VASCONCELLOS, C. dos S. **Disciplina: construção da disciplina consciente e interativa em sala de aula e na escola**. São Paulo: Libertad, 2000.

_____. **Disciplina: construção da disciplina consciente e interativa em sala de aula e na escola.** São Paulo: Libertad, 1995.

VEIGA, I. Passos Alencastro (Org.). **Escola:** espaço do projeto político-pedagógico. Campinas, SP: Papyrus, 1998.

VERGÉS, M. R. de M. **Os sentidos da indisciplina na educação infantil,** 2003. Monografia (Curso de Pedagogia) - Faculdade de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2003.

WACHS, M. *et al.* **Práxis do Ensino Religioso na Escola.** São Leopoldo: Editora Sinodal, 2007.